
047ª SESSÃO ORDINÁRIA – 29MAI2014

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 37ª, 38ª e 39ª Sessões Ordinárias. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADAS.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje tratará da apresentação de projeto de lei com o objetivo de reduzir ISS de determinadas atividades relacionadas a eventos. A Sra. Ana Cláudia Bitencourt Claudino, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Eventos do Estado do Rio Grande do Sul, ABEOC-RS, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

A SRA. ANA CLÁUDIA BITENCOURT CLAUDINO: Boa tarde, Sr. Presidente da Câmara de Vereadores, Ver. Professor Garcia; Srs. Vereadores; nobres colegas e amigos do *trade* turístico; senhoras e senhores; meu nome é Ana Cláudia Bitencourt, sou Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Eventos, sou conselheira do Conselho de Turismo da Fecomércio e sou empresária organizadora de eventos de Porto Alegre.

A minha vinda aqui é para apresentar aos senhores o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 014/14. A proposta é reduzir a alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, ISS, de 5% para 2% para os serviços de agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagem, planejamento, organização e administração de feiras, exposições e congressos. O objetivo é de incentivar esses serviços em Porto Alegre, os quais vêm recentemente diminuindo seu espaço na economia da Cidade. Com 242 anos de história, e sendo hoje uma das mais importantes capitais do Brasil, Porto Alegre oferece uma variedade de atrações para os visitantes. Conforme dados da Secretaria

Municipal da Fazenda de Porto Alegre, a arrecadação real de ISS em 2011 foi de R\$ 622 milhões 285 mil; em 2012, de R\$ 648 milhões 211 mil, um incremento de aproximadamente 4,2%, mantendo-se abaixo da expectativa de arrecadação do ISS do Município. E ainda, se analisado o desempenho da arrecadação ao longo de 2013, que foi de R\$ 675 milhões 507 mil, o aumento real foi de apenas 4,2% se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Cabe citar ainda o exemplo do Município vizinho, Canoas, onde a arrecadação do ISS foi de R\$ 59,2 milhões em 2010, e de R\$ 72,4 milhões em 2011. Dentro do escopo de crescimento de Canoas está a sua cadeia de produtiva de turismo, com inúmeros eventos em seu calendário. E o ISS de Canoas é de 2,25%. Além de Canoas, citamos cidades que concorrem com Porto Alegre e que são vistas com bons olhos pelos organizadores de eventos e promotores, como Bento Gonçalves, que cresceu 150%, segundo o ICCA – International Congress and Convention Association. Em Bento, o carro chefe é o turismo, seu ISS, 3%. E assim, se compararmos outras cidades que são cotadas para realização de eventos, como Nova Petrópolis, Gramado, Canela, em todas, sem exceção, o ISS é inferior ao de Porto Alegre.

Cabe destacar que o Município de Florianópolis, Santa Catarina, reduziu a sua alíquota de 5% para 2%, para serviços semelhantes ao nosso projeto de lei. Com essa redução do ISS para o setor, Florianópolis tem ampliado a oferta de eventos e atividades contribuindo com a arrecadação do Município, além de dificultar a concorrência dos demais Municípios. Quais são os concorrentes de Florianópolis? Sem dúvida alguma, Porto Alegre, sim, é um concorrente direto. E nós, organizadores e promotores de eventos, sabemos o quão Florianópolis e esses Municípios citados são nossos concorrentes. Amamos Porto Alegre, mas temos que pensar friamente: capital vizinha, com atrativos que nós não temos. Florianópolis tem lindas praias, *resorts*, um grande centro de eventos, e, agora, com imposto de 2%.

Fica muito difícil, caros Vereadores de Porto Alegre, competir com essas desigualdades. Precisamos mudar isso, precisamos trazer mais eventos para Porto Alegre. Por isso precisamos ser competitivos, não podemos esperar mais. A cada ano, menos eventos vêm para Porto Alegre. Precisamos pensar no futuro, queremos um grande centro de eventos em Porto Alegre. E aí podemos pensar: mas esse centro de eventos vai ficar pronto daqui a dois ou três anos! Caros Vereadores, os eventos são fechados com até

cinco anos de antecedência. Então, sim, agora, já estão sendo fechados eventos para os próximos anos, e Porto Alegre necessita que tenhamos mais eventos, já!

Outro aspecto importante, é que atualmente Porto Alegre ocupa a 44ª posição no *ranking* das Américas de cidades, de 2012, da ICCA, que mensura captação de eventos internacionais nas cidades, ficando abaixo do que a Cidade pode oferecer, como, por exemplo, as suas belezas naturais, passando por seus pontos turísticos e seus centros de alta tecnologia, chegando à sua vida cultural e à sua vida noturna. Famosa por ter espaços de arte, casas noturnas e bares tradicionais com seus *shows*, peças de teatro e concertos. Sim, podemos mais; sim, precisamos mais; sim, agora é a hora de mudar essa situação.

De acordo com o Boletim Estatístico Municipal do Turismo – Bemtur, a taxa média de ocupação hoteleira em Porto Alegre foi de 47,27% nos quatro primeiros meses de 2013. O percentual é 12,56% inferior ao período de janeiro a abril de 2012. O boletim também destaca que os principais períodos de alta na demanda por hospedagem na Capital ocorrem em função da realização de eventos.

Caros e nobres Vereadores, se vocês olharem, analisarem o boletim, o Bemtur, vocês verão um pico quando há eventos na Cidade. Tudo se movimenta: hotéis, restaurantes, bares, *shoppings*, entretenimento, passeios, enfim, todo *trade* turístico ganha, e, assim, por sua vez, a cidade e a economia.

Sim, Vereadores, a redução da alíquota do ISS aumentaria a arrecadação do Município, uma vez que poria fim à crescente fuga das empresas do setor para outros Municípios, e, conseqüentemente, aumentaria a base tributária. A ideia da proposição é de estimular o desenvolvimento dos setores que envolvem o turismo e o turismo de negócios, trazendo mais visitantes para a Cidade e movimentando toda a cadeia do turismo: hotéis, centro de convenções, auditórios, casas de espetáculos, passeios, entre outros. Com a aprovação do projeto, Porto Alegre conseguirá atrair eventos de grande visibilidade nacional e internacional, gerando novos empregos e aumentando a economia da Cidade. De acordo com um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Turismo, o setor de eventos no Brasil está em grande crescimento, conforme demonstram os dados: 80 milhões de participantes, sete milhões de empregos diretos e indiretos, impacta em 52 setores da economia, movimenta R\$ 75 bilhões, crescimento anual de quase 13%, média de 327 mil eventos por ano, 200 grandes feiras, 100 milhões de pessoas envolvidas. Diante dessas

considerações expostas, solicito apoio dos nobres Vereadores para a aprovação do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 014/14, protocolado pelo Ver. Márcio Bins Ely. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Convidamos a Sra. Ana Cláudia a fazer parte da Mesa. O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Cumprimento a Sra. Ana Cláudia Bitencourt Claudino. Com certeza, nenhum Vereador é contra aumento de tributos. Então, fique tranquila quanto a isso, mas precisamos de algumas informações. Eu vejo facilidades no seu projeto porque ele é encaminhado por um Vereador da base do Governo, do PDT, e o Prefeito é do PDT. Então, ele vai ser resolvido. Agora, nós precisamos de informações, como, por exemplo, qual é o percentual de empresas que estão cadastradas no Simples Nacional, no seu segmento profissional. O Simples Nacional traz um regramento que tira da Prefeitura este poder de decidir. Quem está no Simples Nacional tem o ISS de 2% a 5%. Então, precisamos saber qual é o percentual do seu segmento que se enquadra no Simples Nacional, senão, não tem como trabalharmos nesse sentido.

Agora, nós temos dois segmentos que têm um tratamento extremamente diferenciado das demais classes: as empresas de viagens e as de publicidade, de propaganda. Essas empresas recolhem o ISS, ex-Prefeito Ver. Villela, exatamente sobre o seu faturamento; uma empresa de viagem não paga o ISS sobre o pacote todo – ela paga o ISS sobre a sua comissão de 20%. Uma empresa de publicidade faz uma grande publicização e paga o seu ISS também sobre a sua taxa de intermediação. Então, nós precisamos ter clareza aqui, porque é muito simples nós recebermos essas informações, mas nós precisamos nos aprofundar para entender os segmentos profissionais.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, nós queremos saudar a presença da Sra. Ana Cláudia, da Associação Brasileira de Empresas de Eventos do Estado do Rio Grande do Sul, e dizer, Ana Cláudia, que, obviamente, esse projeto tramitará nas Comissões da Casa, e a porta de entrada, aqui na Casa, é a Comissão de Constituição e Justiça, a CCJ, da qual eu faço parte. Por certo a CCJ, que tem como característica a análise da constitucionalidade, da exequibilidade, enfim, a respeito da tramitação dos projetos, tem a oportunidade de estar provocando, inclusive, um amplo debate a respeito desse projeto. Portanto, em nome da Bancada do PTB, que é o Partido Trabalhista Brasileiro, em nome dos Vereadores Cassio Trogildo, Alceu Brasinha e Paulo Brum, venho também me colocar à disposição de V. Sa. para uma ampla discussão, inclusive na sede da Comissão de Constituição e Justiça. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sra. Ana Cláudia Bitencourt, eu falo em nome da nossa Bancada, PMDB, que tem o nosso Líder Ver. Idenir Cecchim, o Ver. Valter Nagelstein e o nosso Presidente da Casa também fazendo parte da Bancada. Quero cumprimentá-la por sua manifestação, por suas reivindicações, que são justas – a senhora atuando nesse mercado. E também quero salientar que, em Porto Alegre, embora o ISSQN seja mais alto, ele também proporciona melhor captação de recursos por ser uma capital e pelos eventos terem maior possibilidade de participação do que cidades menores.

Certamente esse projeto terá de ser reavaliado, porque redução de impostos é algo que compromete também a arrecadação dos Municípios, tendo em vista que eles já têm seus orçamentos, mas nós vamos avaliar. A princípio eu já votei contra uma redução, vou avaliar muito bem, mas já a cumprimento pela sua luta.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MAURO PINHEIRO: Boa tarde, Presidente; boa tarde Sra. Ana Cláudia Bitencourt Claudino, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Eventos do Estado do Rio Grande do Sul. Aqui nesta Casa, normalmente não se fazem projetos de redução de impostos, mas acho que é importante já trazer esses dois debates; primeiro, da importância da Casa em ter o poder de debater os impostos e baixar impostos. Acho que a nossa carga tributária, não só em Porto Alegre como no Brasil, é muito alta, e toda vez que for para reduzir impostos, estou me somando aos esforços. Acho que o debate é extremamente importante para que possamos buscar soluções junto com a sua entidade, para melhorar as condições de Porto Alegre e entrar na disputa com outras cidades.

Porto Alegre é uma cidade que tem condições de trazer eventos, tem espaços ociosos. E sempre que for para trazer esse debate para o desenvolvimento da Cidade, contem comigo, mesmo com todas as dificuldades que esta Casa vai enfrentar na questão de baixar impostos. Mas contem conosco para entrar nessa luta de trazer eventos para Porto Alegre e reduzir impostos, o que é necessário. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Vereador. A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. JUSSARA CONY: Bom, em primeiro lugar, queremos dar as boas vindas – o nosso Presidente já o fez e nós o secundamos – a Ana Cláudia Bitencourt Claudino, que é presidente de uma associação importantíssima, a Associação Brasileira de Empresas de Eventos no Estado do Rio Grande do Sul.

Eu estava no telefone com o Secretário de Turismo do Estado, o Márcio Cabral; quero lhe dizer que há, sim, uma importante participação e, mais do que isso, um desejo de que um projeto como este seja aprovado. O último evento que a nossa Secretária Abigail Pereira, a quem ele sucedeu, fez na Secretaria foi exatamente que tirou como uma das propostas que nós seguíssemos aquilo que várias cidades do Brasil, conforme tu mesmo disseste há pouco, já estão fazendo. Eu quero dizer que com essa visão que nós temos que ter do Brasil como um todo, dos nossos Estados e das nossas cidades, com as suas particularidades, com as suas riquezas culturais, turísticas, humanas, inclusive, da própria biodiversidade nossa, um projeto como este é estratégico, porque ele dinamiza a cultura,

produz também desenvolvimento, gera empregos e, portanto, produz divisas para uma cidade, para um Estado e para um país.

Então, é com esta visão de estado, com essa visão republicana que nós estamos dizendo que é muito bem-vindo o projeto do Ver. Márcio Bins Ely e que nós, da Bancada do PCdoB – Ver. João Derly e eu – seremos partícipes desse processo para a aprovação deste projeto. Bueno, se ele tem que ser de origem do Executivo, aqui tem uma força política desta Câmara Municipal – o Ver. Garcia nos acena com a cabeça, nos lidera em projetos que são, como Vereador e Presidente, benéficos à nossa Cidade. Portanto, podem contar conosco, porque também é um projeto dentro de um projeto de nação, que nós, do PCdoB, entendemos. O turismo e a cultura têm que ser entendidos também como estratégicos para o nosso desenvolvimento. Então, parabéns e obrigada pela sua presença.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre amiga Ana Cláudia, quero, em nome da Bancada do Partido Progressista, – Ver. Villela, Ver. Kevin Krieger, Ver.^a Mônica Leal – dar-lhe as nossas boas-vindas. Tu és muito bem-vinda a esta Casa, ainda mais nos trazendo informações importantes para o desenvolvimento da nossa Cidade, especialmente no setor do turismo. Porto Alegre sempre tem a vocação, mas a realidade nós temos que perseguir e concretizar.

Essa sua informação, essa sua solicitação de redução da alíquota do ISSQN sobre as empresas vinculadas a eventos é extremamente importante e necessária. Já havíamos postulado isso há muito tempo, mas não houve ressonância. Agora, vem o projeto do Ver. Márcio Bins Ely, que é muito bem-vindo na sua objetividade. Nós temos algumas preocupações com referência à sua legitimidade, porque temos algumas restrições legais. Porém, como disse o Ver. Mauro, nós podemos debater e dialogar, especialmente com o Executivo, visando um acordo, porque tu mesma disseste que a receita vai aumentar, porque vai estimular os eventos, vai promover o turismo. E, realmente, nós já tivemos exemplos disso com a redução da alíquota das empresas de Informática, o que trouxe

mais empresas para a nossa capital e evitaram a fuga de várias. Então, pode ser, exatamente, o mesmo exemplo desse projeto que está tramitando.

Acho que nós, que somos da base do Governo, podemos ter a oportunidade de dialogar com a Prefeitura Municipal, desde que tenhamos condições de comprovar o aumento da receita. Parabéns, e muito obrigado pelas informações que trouxeste a esta Casa.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Vereador. Agradecemos a presença da Sra. Ana Cláudia Bitencourt Claudino, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Eventos do Rio Grande do Sul, e, mais uma vez, colocamos esta Casa à sua disposição. É importante que os Vereadores tenham tomado conhecimento do projeto, que, agora, vai passar por diversas Comissões, até o dia em que poderá ser aprovado ou não. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h40min.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): (14h43min) Estão reabertos os trabalhos.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente.

O Ver. Paulo Brum está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste. Hoje é o assunto que mais se fala no Brasil, Mauro: Copa do Mundo. Há três, quatro anos, quando foi anunciado que o Brasil seria a sede da Copa do Mundo, foi um sorriso em todos os brasileiros, uma festa só, que maravilha! Na última Copa do Mundo, em 1950, eu não tinha nascido ainda, mas olhando os jornais, algumas coisas que passam na televisão agora, mostrando a Copa do Mundo aqui no Brasil – foi um evento maravilhoso e lindo. A Copa do Mundo vem dar oportunidade para

muitas pessoas que não viram e para outras que nasceram agora, para que possam presenciar esse evento, um dos maiores eventos, vamos dizer assim, do mundo, que vai passar nos estádios brasileiros, nas arenas, com os maiores atletas do futebol, considerados hoje os maiores atletas do futebol. A minha preocupação maior – no início do meu discurso, eu disse aqui – é que eu não quero ser engenheiro de obras prontas; depois de pronta, botar defeito, isso é a coisa mais fácil. Eu falava da Copa do Mundo, desse perigo todo da Copa do Mundo no Brasil, pelo momento em que vivíamos no Brasil em relação à Educação, Saúde, Segurança, mas a Copa do Mundo está aí, gente. Nós temos que lutar e ajudar a construir uma festa maravilhosa neste País, servimos de exemplo para muitos outros países que vão sediar, no futuro, a Copa do Mundo.

Vereador Kevin Krieger, ontem eu caminhava no Centro, vi um movimento do Sesc sobre o esporte, de acertar a bola no gol, maravilha. Eu acho que é isso que o Brasil precisa movimentar para que todos nós estejamos incluídos na Copa do Mundo, para também participarmos da Copa do Mundo, não só ir ao Estádio do Beira-Rio, à Arena do Beira-Rio para assistir aos jogos, porque não cabe todo mundo. Eu conversava com muitos amigos de restaurantes, motoristas de táxis, alguns amigos meus que têm carrinhos de frete, camionetes de frete – as pessoas que são contra a Copa do Mundo estão pichando os carros dessas pessoas: “Não terá Copa do Mundo”, “Não haverá Copa do Mundo”, com pichações de vários tipos, Ver. Villela. Eu acho que este não é mais o momento de começarmos a fazer um jogo contra a Copa do Mundo, porque, na verdade, este é o nosso País, nós moramos aqui – nossos filhos, nossos netos –, nós adoramos este País. Então, é o momento de mostrarmos para o mundo que este País, como fez sempre, recebe bem as pessoas de vários lugares do mundo, pessoas que virão nos visitar e festejar a Copa do Mundo. O meu medo é que estão passando a Copa do Mundo para o jogador, que o Brasil vai ter que ganhar, senão será o caos! Os jogadores já têm na alma o ganhar, eles já vêm com esse DNA de competir para ganhar. Então nós não podemos passar essa responsabilidade para os jogadores, para o treinador! O futebol não é assim! Os jogadores não pediram para a Copa do Mundo ser sediada aqui. Onde ela fosse, o Brasil estaria lá para disputá-la, assim como disputou e ganhou fora do Brasil. As Copas do Mundo que o Brasil ganhou foram fora do Brasil, no México, no Chile. Agora, o brasileiro vai se sentir muito contente com a Copa aqui. Eles vão lutar para ganhá-la, será o maior presente para nós todos que moramos neste País. Estou vendo que estão

pág. 9

escrevendo outro caminho: se não ganharmos, será culpa do jogador de futebol. Perder e ganhar faz parte do jogo; agora, fazer uma linda festa é outra coisa, depende não só do Governo, mas também da sociedade como um todo, para mostrarmos este País lindo e maravilhoso que temos e adoramos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadores, venho a esta tribuna nestes cinco minutos do meu tempo de Liderança, não só como líder do PCdoB, mas também como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público e dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre. Quero, de forma fraterna, agradecer a todos os Vereadores desta Casa, ao nosso Presidente, em particular, que compõem a Frente e que participaram do processo: Ver.^a Fernanda, do PSOL; Ver.^a Sofia, do PT; Ver. Cleiton, do PDT; Ver. Janta, do Solidariedade; Ver. João Derly, do PCdoB; esta Vereadora, Presidente da Frente; e o Ver. Ferronato, como Líder do Governo, embora não sendo da Frente, participou de todos os processos da nossa atividade em cumprimento, exatamente, ao mandato de uma Frente Parlamentar, porque quando se cria uma Frente Parlamentar em uma Casa como esta, ela tem que ter efetividade e ser proativa para aquilo que ela foi criada; aliás, todas as Bancadas estão nessa Frente. Eu me dei o direito de citar esses Vereadores aqui, porque nós fomos os Vereadores que mais estivemos, nós nunca deixamos de conversar com todos os Vereadores, com todas as Bancadas.

Então, eu e esses Vereadores podemos dizer que fomos, até há pouco, Ver.^a Fernanda, os mediadores, via Gabinete do Vice-Prefeito, o Ver. Sebastião Melo, o qual sempre respeitamos, porque foi quem o Prefeito nos indicou, no primeiro dia do nosso mandato, para fazermos essa relação. Então, a nossa primeira relação foi com o Ver. Sebastião Melo, para um encontro que aconteceu finalmente ontem à tarde com o Prefeito Municipal. Houve uma reunião do Sindicato dos Municipários – Simpa com o Prefeito Fortunati, com a participação do Vice e do Secretariado: estavam lá três Secretários – para essa discussão de ontem eram os Secretários que nós precisávamos e mais o Líder

do Governo. A Secretária Cleci, da Educação; o Secretário Elói, da Administração; e o Secretário Casartelli, da Saúde, mais a Comissão de Negociação. Ontem fomos informados – o Simpa e nós da Frente – que hoje essa Comissão de Negociação está ligada diretamente, Ver. Pedro Ruas, ao Gabinete do Prefeito, o que era uma reivindicação justa dos servidores, porque, afinal, o Prefeito é o mandatário da Cidade. Então, essas Comissões que são formadas têm que poder estar ligadas diretamente ao Prefeito, o qual tem que responder à população a respeito das demandas que chegam. Essa reunião de ontem foi exatamente para avançar numa proposta que contemple as justas reivindicações dos servidores, isso é um esteio para qualquer projeto de gestão. Os servidores, daqui a pouco, estarão em uma assembleia geral aguardando retorno, porque os servidores já estão em estado de greve; hoje é um dia em que eles decidirão – já falei, Ver.^a Sofia, da sua participação ativa na Frente, já a citei, até como professora, contribuindo muito.

Há quatro questões cruciais para serem resolvidas nessa negociação, uma é o assédio moral, que o nosso projeto, aprovado por esta Casa, está buscando não bater nessa regulamentação, porque é autorregulamentável. Já estamos com uma reunião marcada com o Secretário Elói Guimarães para que o Município cumpra a lei aprovada nesta Casa, porque está ocorrendo assédio moral com os servidores do Município de Porto Alegre.

E as outras duas questões são o plano de carreira e o plano de saúde. Na reunião de ontem foi determinado, por solicitação da Frente e do Simpa, e o Prefeito então determinou, a agilização da elaboração desses dois planos, que será acompanhada pela Frente Parlamentar.

E, por fim, a reposição salarial, que o Prefeito transferiu para a nova etapa hoje pela manhã. A Frente esteve presente com o Vice, que solicitou retorno do Simpa e da Frente Parlamentar após a necessidade de uma conversa interna do Governo às 13h30min.

Lá nós estivemos presentes, e os servidores ainda permanecem no sentido exatamente de buscar uma reposição salarial que, no mínimo dos mínimos, garanta a reposição inflacionária, além dessas outras emendas, que nós já colocamos e que foram bem encaminhadas e reconhecidas, inclusive, pelos servidores. Nós nos retiramos nesse momento da negociação, estávamos lá, a Ver.^a Fernanda, a Ver.^a Sofia e eu, porque achamos que, nesse momento, a negociação é do sindicato dos trabalhadores com o

gestor municipal, é uma relação de negociação entre servidores e gestor. Ou seja, entre trabalhadores e seu patronato, que, no caso, é o Município de Porto Alegre.

E nos retiramos, agradecendo ao Simpa pela confiança e pela receptividade da Prefeitura Municipal em relação à Frente desta Casa. Mas chegou o momento em que a Prefeitura tem que dar uma resposta. Não deixamos de nos colocar, todos os Vereadores, à disposição para etapas posteriores, mas agora há uma assembleia geral aguardando, e nós estamos indo daqui para lá para acompanhar a resposta do Município de Porto Alegre para garantir uma remuneração, uma oferta aos servidores municipais, que os dignifique e que lhes permita trabalhar. Nós esperamos e contribuímos, nesta Casa; o Ver. Garcia, hoje pela manhã, me dizia que confiava no papel da Frente Parlamentar, mas que estaria, quando fosse preciso, como Mesa Diretora, à disposição dessa luta. Nós aguardamos e esperamos, porque contribuímos para que hoje haja uma nova proposta do Governo Municipal para que os servidores possam, com dignidade, com tranquilidade, ter uma reposição salarial, no mínimo, relativa à inflação. E que as outras questões colocadas, como plano de saúde, plano de carreira e a questão do assédio tenham a dinâmica necessária. Se depender desta Câmara, terão, Ver. Tarciso – o senhor que me ouve com toda atenção. Eles terão porque nós somos mediadores, sim, com independência e harmonia dos poderes, tanto que, neste momento, a Frente Parlamentar se retira porque a Prefeitura tem que responder aos seus servidores. Vamos lá para a assembleia dos servidores do Município. E o que nós queremos? Nós queremos – há um indicativo de greve – que eles sejam reconhecidos como aqueles que, na ponta, são os que dinamizam e tornam, para a vida das pessoas, a realidade das políticas públicas de qualquer governo. Então esperamos que o Governo seja sensível. O próprio Prefeito disse que tem uma comissão interna da Prefeitura que está vendo onde poderá haver cortes para que outras questões sejam resolvidas. Nós entendemos que a Lei de Responsabilidade Fiscal é draconiana com os municípios. Nós entendemos que quem mais sofre são os municípios, mas, dentro dos municípios, há dois que não podem sofrer: os servidores municipais que têm que ter garantia dos seus direitos, e a população de Porto Alegre, que paga impostos e que quer ver esses direitos aplicados por aqueles que estão lá na ponta. Os gestores são os gestores! Quem materializa as políticas públicas, quem materializa a gestão são os servidores, seja da saúde, seja da educação, seja da segurança, seja do meio ambiente, enfim, os servidores públicos do nosso Município! Eu quero cumprimentar

– me permitam – o Simpa, uma direção que está coesa, que está buscando a negociação. E quero cumprimentar também esse momento da Administração Municipal porque, pela primeira vez, o Simpa sentou junto com o Sr. Prefeito. Acho que o Vice-Prefeito Sebastião Melo teve um papel importante nisso. Esta Câmara – quero dizer, meus colegas, todos nós, porque quando uma Frente Parlamentar é composta, representa toda a Câmara, Ver. Krieger, Ver. Cecchim – teve um papel importante, e lá estávamos todos nós. E agradeço, inclusive, Presidente, a sua manifestação – e já havia falado isso hoje de manhã –, a sua confiança na Frente Parlamentar, e no momento em que a Mesa Diretora tiver que estar junto, V. Exa. será o primeiro a chamar a Mesa Diretora e se perfilará nesse processo. Oxalá, a gente consiga a vitória, porque não é a vitória deste ou daquele; é a vitória do povo de Porto Alegre e dos servidores que merecem uma remuneração digna, um plano de carreira, um plano de saúde e merecem não ter mais, como uma espada de Dâmocles, em suas cabeças, o assédio moral. O assédio moral adocece as pessoas e nós temos que, também, cuidar daqueles que cuidam do Município de Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a Ver.^a Sofia e eu somos quase conterrâneos, de Nova Prata. Ver. Bernardino, se V. Exa. me permite, quero falar de mais uma atitude firme de V. Exa. Andam dizendo por aí que o PROS Nacional – Partido do qual V. Exa. é o Líder aqui na Casa – mandou um Deputado de Roraima para cá, para negociar o apoio a uns candidatos; basicamente para negociar o tempo na televisão – e é aí que eu queria chegar. Eu não estranhei, ao contrário, confirmei, mais uma vez, a atitude que o Ver. Bernardino tem de não dobrar a coluna, de não se submeter a certo tipo de negociação. Dito isso, quero dizer, como cidadão e como Vereador de Porto Alegre, que também ficarei atento para ver qual será a aliança que os interventores do vosso Partido farão aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Eu não gosto de meter a colher no Partido dos outros, mas faço isso em homenagem à sua retidão, faço isso em homenagem a um homem público que não se dobrou, e isso nos orgulha a todos.

É uma pena que o Ver. Brasinha não está aqui hoje, mas ele ficou liberado. Como ele chama a Ver.^a Sofia de “Professorona”, ele ficou liberado agora de defender o Governador Tarso Genro, porque ele não é mais Vice da chapa. Como não é mais Vice da chapa do Governador Tarso Genro, o Ver. Brasinha está liberado para continuar com seus discursos inflamados, sem precisar se preocupar em fazer a defesa do Governador Tarso. As coisas estão indo por um caminho onde se faz alianças, e acho que todos têm que fazê-las.

Gostei muito, Ver. Mauro Pinheiro, da atitude do seu ex-Governador Olívio Dutra, que vai concorrer. É um homem digno, e, aí, vai disputar a eleição. A eleição ganha com isso. Quando tem homens probos para disputar, todos devemos aplaudir, independentemente dos Partidos a que pertençam.

Nós estamos, Ver. Tarciso, a 15 dias da Copa do Mundo. Escutei os pronunciamentos de V. Exa., aqui, sempre na mesma linha, defendendo aquilo que é bom da Copa, os exemplos bons que vêm, a esperança que trazem, não a CBF ou a FIFA, mas aqueles que lidam com o futebol, aqueles atletas que saíram, humildes, com sofrimento, com saudades, e que o mundo passa a admirar a cada Copa do Mundo. V. Exa. já foi jogador, foi exemplo e é exemplo. É isso que temos que valorizar: aqueles que vencem pela sua tenacidade, pelo seu esforço.

Eu não sou daqueles que acham que jogador ganha muito; eu sou daqueles que acham que os cartolas ganham muito, que o empresário do futebol ganha muito, que a televisão ganha muito. E os jogadores ganham aquilo que têm que ganhar e que merecem.

Um dia desses, ainda, os jogadores de um time de futebol do Interior, lá de Nova Prata, de Veranópolis, de Frederico Westphalen, vão também ser reconhecidos e vão ganhar uma parte desse absurdo que ganham as entidades do futebol.

Eu ainda tenho 11 segundos, Sr. Presidente, para falar e para dizer que esses bandidos que aparecem na revista Veja e que dizem que são de um Partido político – hoje eu estou bonzinho, nem vou reclamar do PT –, esse deputado que está fazendo acordo com o PCC, lá em São Paulo, isso realmente é que envergonha quem o recebe no Partido, os colegas e a classe toda. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, é importante, e eu agradeço aos três partidos de oposição, que hoje, de fato, o tema seja dedicado aos municipais. Eles estão se concentrando, neste momento, na assembleia geral dos municipais; tiraram – há uma semana e meia – indicativo de greve no dia 02. Portanto, a partir de segunda-feira, todos nós, esta Casa, precisamos de uma grande concentração, porque o grande objetivo é evitar chegar no momento da greve – quero deixar isso muito claro isso. Ninguém quer paralisação de serviços em Porto Alegre, nem interrupção de ano letivo, nem interrupção de atendimento em saúde, já com tantas dificuldades.

Nós, de fato, tivemos, Ver. Professor Garcia, uma exemplar participação desta Casa, através da Frente Parlamentar, de V. Exa., da Ver.^a Jussara Cony, que, com a experiência e respeitabilidade que tem, conseguiu, na sexta já, uma reunião com o Vice-Prefeito Melo. E ontem estivemos em reunião com o Prefeito Municipal, expusemos ao Prefeito que não é possível que a categoria municipal seja a única categoria que vá receber só a reposição da inflação e ainda parcelada. E, nesse contexto, não tem, infelizmente, como não acontecer greve. Insistimos, ontem, na reunião com o Prefeito, que a Prefeitura indique quais são os ajustes que fará no seu quadro, no equilíbrio receita e despesa, porque a Prefeitura exacerbou, de fato, nas gratificações aos mais altos salários e isso vem impactando a folha, mês a mês. Houve um crescimento de cargos comissionados, todos nós sabemos, aqui foi votado; a Prefeitura criou muitas pequenas secretarias e está numa situação bastante delicada. Hoje, nós avaliávamos o comprometimento de gasto com pessoal, e tive a oportunidade, na reunião no início da tarde de hoje, às 13h30min, de lembrar ao Vice-Prefeito que este quadrimestre fechou em 49.32 de comprometimento com gasto de pessoal, e isso nos dá uma folga de 4.68. Porém, isso significaria até 10% de reajuste. Mas nós sabemos que não é só essa relação de gasto com pessoal que compromete as finanças. Se a Prefeitura não demonstrar empenho, esforço para recompor a inflação e trabalhar com outras pautas tão importantes como plano de saúde – o Ver. Mauro depois falará da crise antecipada que há em função disso –, nós teremos greve, infelizmente. E os esforços de ontem, de hoje, e a reunião de

negociação que ocorre nesse momento, a nossa expectativa é que, no mínimo, a categoria escute, hoje, em assembleia geral, que será reposta a inflação do período anterior nos seus salários. Se for preciso é necessário sacrificar, sim, as gratificações dos mais altos salários. Nós, infelizmente, temos colegas ganhando R\$ 25.000,00 na Prefeitura de Porto Alegre, muitos no teto do Prefeito Municipal, muitos, e convivemos com uma grande maioria, sejam os operários, os funcionários de nível médio, padrão médio, sejam os próprios professores, que têm salário digno, mas que não têm nenhum penduricalho e que vivem em uma pressão muito grande no seu trabalho cotidiano e há muita falta de pessoal, mesmo para a reposição de pessoal; seja na saúde, ou na educação, a Prefeitura terá que tomar medidas do descontrole que aconteceu na distância entre os mais altos salários e os mais baixos salários.

Eu tive oportunidade de dizer isso ao Sr. Prefeito ontem: Prefeito essa crise não é uma crise pontual, ela já é quase estrutural, já vem do ano passado, é o segundo ano. Então são necessárias medidas, e nós esperamos que sejam medidas equalizadoras, para que o conjunto dos municipais tenham reposição salarial, tenham tratamento com dignidade. Então essa é a nossa grande aposta. Os Vereadores que estiveram mediando isso ontem, hoje, fazendo um grande esforço no meio das enormes agendas que temos, para que o diálogo não seja infrutífero e para que nós possamos evitar a greve, Presidente da Câmara, Ver. Professor Garcia. Esse é o nosso objetivo e estamos com grande expectativa na reunião de negociação desta tarde que ainda ocorre nesse momento.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Apegoo o Memorando nº 023/14, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. Ver. Idenir Cecchim, eu agradeço o seu apoio e os elogios. Evidentemente, não posso responder pelas ações da direção do meu partido, mas com certeza alguns líderes do meu partido fizeram mau casamento comigo, porque não sento à mesa nem compartilho com falcatrua. Já disse isto desta tribuna e continuo dizendo. Aliás, não faço mais do que a minha obrigação. Não tenho o direito, como cidadão, de participar de

atividades com pessoas a não ser aquelas que trabalham de forma lícita, isso já está mais do que esclarecido. Eu lhe agradeço o apoio, Ver. Idenir Cecchim. Quanto às questões de compra de apoio, eu sinceramente não sei lhe dizer, não afirmo, não vou dizer, não vou subscrever aquilo que efetivamente não possa provar, mas lhe agradeço profundamente o apoio. Sei da sua admiração por minha pessoa e da minha pessoa por V. Exa., pois nós sabemos o quanto é importante o apoio, quando estamos enfrentando alguma dificuldade, tanto na vida profissional, política, etc. Mas nós estamos de pé e às ordens para as coisas boas; não compactuo com coisas que não sejam lícitas, volto a dizer.

Hoje vamos tratar da questão dos tele-entulhos – para ver o quanto é difícil – e temos aqui alguns representantes do Governo. Também hoje pela manhã nós estávamos reunidos em Comissão tratando da sinalização de trânsito em Porto Alegre; estamos presidindo essa Comissão, e falta muita placa em Porto Alegre. Porto Alegre não tem placa, é incrível! E fomos surpreendidos quando os líderes taxistas nos trouxeram um aparelho portátil para fazer as necessidades fisiológicas dos taxistas. É lamentável! Claro que nossa Comissão não tem o objetivo de tratar desse assunto, mas isso vai ser veiculado, até porque foi tirada fotografia. Os taxistas fizeram como um protesto, mostrando que como não têm local para fazerem as necessidades fisiológicas, estão transportando um papagaio portátil para se defenderem no dia a dia. Então, fica aqui um chamamento, precisamos nos unir e resolver os problemas da Cidade. As secretarias têm que trabalhar sincronizadas e enfrentar essas questões. Nós não podemos aceitar que os pontos de táxi, os principais pontos de táxi de Porto Alegre não tenham um mictório, um banheiro, Ver. Tarciso, não tem como aceitarmos isso. Pelo amor de Deus! Estamos em 2014, não temos mais mato na Cidade para nos defender.

Recebi há poucos dias uma reclamação de um cidadão desta Cidade. Quem dos senhores não conhece Radiadores Zago, na Farrapos? Todos nós sabemos, é uma das empresas de tradição aqui no Rio Grande do Sul, que todos nós conhecemos, com sede na Av. Farrapos. Pois o João Zago, diretor da empresa, me traz um desabafo aqui, que é o seguinte: “Apesar de estar com o pagamento em dia da loja, na Av. Farrapos, nº 1.305, fomos surpreendidos com o corte de água da mesma no dia 14 de maio”. Motivo do corte, segundo foi alegado posteriormente pelos profissionais do DMAE: o relógio tem que estar na rua, não pode estar dentro do prédio. E os senhores sabem por que o relógio está dentro do prédio hoje? Porque no passado não foi possível manter esse relógio lá, ainda

que com grades, porque aquele local tem muito trabalho à noite – os senhores sabem do que estou falando –, então para conciliar, a empresa colocou o relógio para dentro da sua oficina, e não tem servidor do DMAE que vai tirar medida de noite. Ou então que notificassem o proprietário, porque ele só colocou o relógio para dentro do prédio com a autorização do próprio DMAE, no passado. Poderiam ter notificado: “Olha, o senhor vai ter que retornar o relógio lá na rua, senão vamos ter que cortar sua água”. Agora, cortar a água de uma empresa tradicional, sem dar explicações, com a conta em dia? Por favor! Peço desculpas, Sr. João Zago, em nome dos nossos colegas Vereadores e daqueles servidores que têm responsabilidade; aqueles que não tem, lamentavelmente, temos que conviver de uma forma ou outra.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Lembro que daqui a alguns minutos tem o período de Comunicações, cujo assunto é “Área para Triagem dos Resíduos na Construção Civil”. Diversos segmentos já estão aqui presentes.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, falo em nome do Partido dos Trabalhadores, agradeço à Ver.^a Sofia e ao Ver. Marcelo, da nossa Bancada, por me cederem o tempo de Comunicação de Líder do nosso Partido. Venho aqui, Sr. Presidente, externar a minha preocupação com o debate que tem acontecido na Cidade – a Ver.^a Sofia falou muito bem – a respeito dos municipais e das dificuldades que têm enfrentado. Certa vez, o Prefeito disse que não faria economia na questão da saúde, Ver. Tarciso, mas não é o que nós temos visto na prática. Tem sido cortado recurso da saúde; nós temos sido procurados – eu que faço parte da Comissão de Saúde – por diversas pessoas com dificuldades nessa área da saúde no Município de Porto Alegre.

Ontem, estive aqui a Presidente da Associação dos Funcionários Municipais, mais os funcionários do Hospital Porto Alegre – e o Ver. Villela como Prefeito fez muito por aquela instituição –, trazendo as suas preocupações, assim como estiveram na COSMAM, trazendo as dificuldades que têm enfrentado o Hospital Porto Alegre, e, com isso, os municipais de Porto Alegre.

Conforme o Estatuto do Município, na assistência ao funcionário, no art. 93, Ver. Tarciso: (Lê) “É dever do Município promover a previdência e a assistência médica, cirúrgica, hospitalar, odontológica e social aos funcionários e inativos e seus dependentes. Caberá especialmente ao Município: tratamento de câncer, lepra, malária, cardiopatia grave, doenças mentais, tuberculose, cegueira evolutiva e quaisquer moléstias infecto-contagiosas e contraídas nos locais de trabalho.” Então, está previsto no Estatuto do Município, no art. 93, que a Prefeitura Municipal tem o dever de prever a previdência para o Município. Segundo a Associação dos Funcionários Municipais, hoje o Município não está cumprindo o art. 93 do Estatuto dos Municípios. E nós temos diversas famílias que estão desamparadas pelo Município de Porto Alegre. Nós já aprovamos duas vezes nesta Casa, Ver. Tarciso, a questão do IPE Saúde para os funcionários municipais, que não prosperou. O Município não conseguiu fazer o convênio. E depois aprovamos também um apoio de até 50%, com uma emenda do Ver. Reginaldo Pujol, que foi vetada pelo Município, de um plano de saúde para os municípios, que até agora também não aconteceu. Mas o Município sempre teve um acordo com o Hospital Porto Alegre, através da Associação dos Funcionários Municipais, que faz um aporte financeiro dos municípios que estavam cobertos, para que utilizem o Hospital Porto Alegre. Só que o Município não renovou esse convênio, assim como também não prosperou a questão do plano de saúde. Então, o Estatuto do Município, no seu art. 93, está deixando de ser cumprido pelo Município de Porto Alegre, e todos os funcionários públicos hoje estão desamparados. Eu me preocupo, principalmente, com aquele funcionário público que trabalha lá, Ver.^a Mônica Leal, no DMAE, que trabalha no DMLU – hoje o Secretário está presente aqui na Casa –, que ganham valores menores, que não têm condições de fazer um plano de saúde. E, mesmo que o Município venha a fazer um convênio com algum plano de saúde, que não vai pagar a totalidade, esses municípios não terão condições de pagar, Ver. Paulinho. Então, me preocupa que, hoje, não está sendo cumprido o art. 93, e com isso os municípios, principalmente aqueles que ganham menos, estão desamparados. O Município descumpra mais uma vez a lei. Então, me preocupa muito o descumprimento dessas leis. Outra questão que foi levantada, e me causou bastante estranheza, foi quando a Associação dos Funcionários Municipais apresentou um documento, uma TAC assinada pelo Município de Porto Alegre, pelo DMAE, junto ao Ministério Público, se comprometendo a pagar uma dívida de mais de R\$ 5 milhões do

Município, do DMAE, com a Associação dos Funcionários Municipais e com o Hospital Porto Alegre, mas, posteriormente, entrou na Justiça dizendo que não deve. Primeiro, concorda, diz que vai pagar, e depois diz que não deve mais, entra na Justiça, assina um TAC, não cumpre, e mais uma vez com isso deixa de repassar verbas importantes ao Hospital Porto Alegre, que hoje é a garantia desse município. Então, mais uma vez, peço encarecidamente ao nosso Prefeito Fortunati que cumpra o Estatuto do Município. Essa é uma preocupação maior com essas mais de 60 mil pessoas, 60 mil famílias que estão desamparadas pelo não cumprimento do Estatuto do Município. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Quero registrar, com muita alegria, a presença do Ver. Wilson Moraes, Presidente da Câmara Municipal de Bagé, bem como do Dr. Eduardo Deibler, Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Bagé. Sejam bem-vindos!
Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar do tema Área para Triagem dos Resíduos na Construção Civil, trazido pela Sra. Patricia Regina Fraga Jorge, que representa a Associação dos Transportadores de Caçambas Estacionárias de Porto Alegre.

Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Patricia Regina Fraga Jorge, representante da Associação dos Transportadores de Caçambas Estacionárias de Porto Alegre; o Sr. André Carús, Diretor-Geral do DMLU, muito tempo Vereador desta Casa também; o Sr. Mauro Moura, representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente; e a Sra. Alessandra Nogueira Pires, representante do Sinduscon.

Fico contente do Executivo estar aqui para tentarmos dar o melhor encaminhamento para este problema.

A Sra. Patricia Regina Fraga Jorge, representante da Associação dos Transportadores de Caçambas Estacionárias de Porto Alegre, está com a palavra.

A SRA. PATRICIA REGINA FRAGA JORGE: Boa tarde a todos, eu estou representando a Associação dos Transportadores de Caçambas Estacionárias, os famosos tele-entulhos.

A gente vem, há muito tempo, com essa obrigação e, de repente, assumimos um papel que não é nosso, o de transportarmos os entulhos da Cidade. Digamos que a construção civil é uma taxa importante da nossa economia, mas hoje não temos para aonde levar o material, mesmo com a boa vontade dos geradores e transportadores. Não há local para triagem em Porto Alegre. Os locais que são apresentados pela Prefeitura no *site* são locais que recebem calça limpa ou terra separada, papel, madeira, plástico, cano, telha, e, para qualquer outra demanda que saia de uma construção não há um lugar que possa receber e reaproveitar isso. Só tem um lugar para o qual a gente poderia levar: o DMLU, que é o destino final. E a gente não entende que ele seja o melhor local, mas é o que temos. Há uma nova lei, depois o Mauro vai falar, mas agora temos que ter um MTR – Manifesto de Transporte Rodoviário – para levar essa carga para o seu destino. É o gerador que tem que emitir esse MTR ou o destino final onde vai ter essa triagem, ou o local que tem hoje em Porto Alegre. Então, para a próxima semana, não temos como trabalhar. Poucas empresas já possuem o MTR, e, para 75% das cargas que fazemos hoje, que são as do pequeno construtor, da pessoa que está fazendo a reforma do banheiro, da cozinha, como essa pessoa é uma pessoa física, ela não vai poder emitir um MTR porque ela não tem condições de pedir o seu bloco de MTR. O que se sugere é que façamos um combinado com o destino para que ele nos autorize a usar o seu MTR para essas caçambas. São caçambas misturadas, não há destino para levar. Ninguém recebe misturado, e, mesmo que não fosse misturado, não há um local em Porto Alegre para que possamos levar madeira para reciclagem, plástico para reciclagem ou qualquer outro material. Lembramos que os ecopontos só recebem meio metro cúbico. A nossa caçamba é a partir de quatro metros cúbicos. Então, não podemos também levar para os ecopontos porque eles não nos recebem por ser um volume maior do que aquele que ele pode comportar. Por isso a nossa paralisação. Nós somos uma categoria importante e queremos trabalhar de uma forma regular. Todos sabem que os cantinhos estão cada vez mais lotados. A Prefeitura tem lá os seus números de quanto gasta para limpar esses cantinhos. Hoje, se a gente não tiver condições de também atender a esse consumidor final que está fazendo a sua obra, e eu acredito que existem grandes campanhas para a venda de material de construção... E uma coisa que me veio, esses dias, à cabeça: a indústria de cigarros tem que botar no fim da propaganda: “Fumar causa danos à saúde”. de material de construção. Uma coisa me veio, esses dias, à cabeça: a indústria de

cigarros tem que botar no fim da propaganda “fumar causa danos à saúde”. A construção civil não tem que dizer nada. Eu posso fazer toda a propaganda de material para a pessoa trocar seu banheiro, trocar seus móveis, e ninguém diz o seguinte: “depositar resíduo irregularmente é crime.”

Então, eu acho que as empresas que vendem material, que estão também lucrando com isso, precisam estar focadas onde as pessoas vão colocar seu armário velho, seu material da construção, no momento em que elas vão comprar um novo. Eu acho que tem que haver mais gente envolvida nisso, querendo resolver esse problema.

Canoas era uma cidade pequena, que recebia o nosso material misturado, fazia a separação e o reaproveitamento. Canoas não suportou mais receber todo o volume de material de Porto Alegre. Algumas pessoas estão conseguindo levar para o depósito de Viamão, de novo uma cidade pequena, que conseguiu ter um local, seja ele público ou privado, parceria ou não, que está conseguindo fazer separação e aproveitamento do material. Olha o tamanho da cidade! E nós temos Porto Alegre hoje sem nenhum local para a triagem e nenhuma manifestação do Poder Público para fazer parceria ou qualquer coisa do gênero. Só nos é informado que o gerador é que tem esse compromisso e que nós temos que esperar, acho que sentados, para que os entulhos se amontoem, fiquem por aí, ou cada vez mais aumentando esses focos de poluição que estão acontecendo nas vilas, principalmente.

Então é uma luta, nós queremos trabalhar de forma regular, e só não podemos tapar os olhos para a questão de que Porto Alegre, uma cidade deste tamanho, não tenha um local para a triagem de material. É esse o nosso ponto de vista.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Sr. André Carús, Diretor-Geral do DMLU, está com a palavra.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro eu quero cumprimentar esta Casa pela iniciativa de discutirmos um tema tão relevante, que é o gerenciamento dos resíduos da construção civil. Pena que a assistência não tenha

compreendido a relevância de uma discussão, quando todas as partes interessadas compareceram: Sinduscon; a representação das caçambas estacionárias; a SMAM e o DMLU, em nome do Poder Público Municipal. Ao contrário do que foi hoje, pela manhã, em que o Poder Executivo promoveu uma reunião com pauta idêntica para que pudéssemos avançar na discussão com as fiscalizações do Município e com as empresas que operam o segmento das caçambas estacionárias, de como será aplicado o Decreto nº 18.481 de 2013, que é um Decreto Municipal que regulamenta a Lei nº 10.847/10, também municipal, que versa sobre os resíduos da construção civil.

O nosso supervisor de Meio Ambiente da SMAM, o Mauro Moura, vai se ater à questão técnica e ao exercício do papel regulador e fiscalizador que a Prefeitura tem nessa matéria.

O que, na verdade, confunde, muitas vezes, a abordagem desse tema é sobre em quem recai a responsabilidade pela destinação final adequada dos resíduos. Os caçambeiros, obviamente, acabam sendo vítimas dessa confusão, porque são, na prática, intermediários do sistema. Há quem gere o resíduo em pequena, média ou grande quantidade; há quem seja contratado na iniciativa privada para fazer o recolhimento e o transporte desse resíduo e o Poder Público, logicamente, tem que fazer cumprir o marco regulatório que existe nesse aspecto.

Então, muitas vezes, parece ou é passada a impressão de que a Prefeitura Municipal não adotou nenhuma providência ou sequer respeita aquilo que existe em nível de matéria legislativa, até mesmo a primeira normativa precursora disso, que foi a Resolução nº 307 do Conama, que é datada de 2002.

De lá para cá, se criou, principalmente aqui no âmbito municipal – e a Dra. Alessandra é sabedora disso –, que a Lei nº 10.847 era autorregulamentável. Criou-se o entendimento disso, mas, na verdade, não. Tanto é que a Lei nº 10.847 foi sancionada e, desde a sua sanção, não houve nenhuma aplicação de nenhum dispositivo seu, vai iniciar agora, com a edição do decreto do final do ano passado, que começa a ser aplicado em junho, dia 08 deste ano.

E, no primeiro momento, a SMAM e os demais órgãos de fiscalização do Município que irão colaborar nessa perspectiva, como o próprio DMLU, como a EPTC, como a SMURB, vão tratar, sobretudo, nos primeiros 60 dias, pode-se dizer assim, de orientar, porque não basta, simplesmente, nós multarmos o proprietário de uma caçamba que estabelece um

contrato com o gerador para prestar esse serviço, porque ele está na cadeia de baixo dessa pirâmide. Ele está abaixo disso. Nós não podemos, simplesmente, multá-lo. Nós temos é que reforçar a responsabilização do gerador, que, até o momento, tem-se mostrado bastante omissos sobre essa matéria.

Obviamente que o caçambeiro que não possui o MTR – documento a ser emitido junto à Fepam, órgão ambiental estadual – para transportar esse resíduo, vai ser acionado. Mas sem prejuízo que o gerador seja responsabilizado e multado, porque ele tem essa prerrogativa, ele que deve responder ao Poder Público municipal por que ele está contratando um serviço que não possui autorização, não possui o licenciamento ambiental, e, muitas vezes, esse tipo de material acaba sendo disposto na via pública, alimentando os quase 400 focos de lixo que temos, fazendo com que a Prefeitura Municipal gaste mensalmente, em média, R\$ 1,2 milhão por mês para coleta e para coibir esse tipo de material.

Muito embora nós já tenhamos reduzido, e cabe salientar isto: de 2013 para cá, os 459 focos crônicos que tínhamos, na sua maioria alimentados por esses resíduos mal descartados, em áreas proibidas, reduzimos para 368, reduzimos 20%.

Acho que cabe à Câmara de Vereadores fazer a mediação desse assunto, mas cabe, também, principalmente agora, com o início da aplicação do Decreto nº 18.841, de 2013, um reforço na fiscalização. E esse é o papel exclusivo do Poder Público neste momento.

Os grandes e médios geradores devem ser chamados à discussão para que apresentem soluções também, porque, até agora, tem sido um diálogo de surdos, uma parte não ouve; duas partes só falam, e outros entes, como o Poder Legislativo, se mostram dispostos hoje, querem mediar o problema, discutir soluções, e apresentar alguns encaminhamentos.

Mas os geradores principais devem sim, primeiro, atentar para a contratação das empresas que possuem licença ambiental para atuar no segmento. Segundo, devem garantir o destino final adequado dos resíduos e, lá no seu plano de gerenciamento da obra, se responsabilizar sobre a estimativa de tonelagem que tem para a execução daquele empreendimento.

Aonde isso vai chegar? Vai existir um reaproveitamento?

E, para finalizar, queria só colocar uma questão que eu acho que é importante. Existem áreas licenciadas, em Porto Alegre, que recebem os materiais, e todas essas áreas, que

são privadas, têm um grau de exigência, obviamente. Essas caçambas que ficam vulneráveis, na via pública, a qualquer tipo de descarte, por qualquer pessoa, acabam se transformando num grande contingente de resíduos misturados; não fica só a caliça, não fica só o entulho, não fica só o resíduo que é decorrente daquele empreendimento – seja ele pequeno, médio ou grande –, e elas acabam não tendo espaço adequado para dispor os seus materiais. Então acho que o momento é, também, de sensibilização das áreas que já possuem licença e operam, para que possam receber, com valores distintos, obviamente, o resíduo que demanda uma triagem mais profunda ou aquele resíduo que é considerado classe A, o resíduo limpo. Deve acontecer essa sensibilização, até porque essas unidades estão instaladas mediante autorização do Poder Público para que operem nisso, e muitas delas, inclusive, com compromisso de recuperação de passivos ambientais e anuência do próprio Ministério Público. O fato é tanto pelo que diz a Resolução nº 307, de 2002, do Conama; tanto pelo que apregoa a Política Nacional de Resíduos Sólidos, através da Lei Federal nº 2.305, de 2010; pelo que traz relevo a isso a Lei Municipal nº 10.847, também de 2010; e, agora, reforça-se a isso o Decreto nº 18.481, de 2013, e o próprio Código Municipal de Limpeza Urbana, que é a Lei Complementar nº 728 de 2014. Não é o Poder Público que tem que prover áreas nessa direção, não é o Poder Público que tem que investir em áreas disso; o que não significa que o Poder Público não possa encaminhar soluções conjuntamente com os geradores, com aqueles que produzem os resíduos. Neste caso, os caçambeiros são intermediários de um sistema, e eles, obviamente, estão num gargalo profundo por falta de áreas em que possam descartar esse resíduo misturado, porque o classe A tem sido recebido. Então acredito que, com o início da aplicação do Decreto e com a observância... E ninguém está sendo aqui inflexível, ou apregoando que a lei deva ser analisada na sua letra fria, muito pelo contrário. O Poder Público tem as suas dificuldades, tem os seus recursos escassos, e, se os geradores não vierem à discussão, para que sejam viabilizadas discussões nesse sentido, o Poder Público sozinho vai continuar atuando no limite daquilo que diz a lei, no seu papel regulador e fiscalizador. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Sr. Mauro Moura, representando a SMAM, está com a palavra.

O SR. MAURO MOURA: Boa tarde a todos; cumprimentando o Ver. Mauro Pinheiro, cumprimento a todas as pessoas à Mesa, todas as entidades. Eu não tenho o dom da oratória, mas vou tentar explicar um pouco qual é o posicionamento do órgão de meio ambiente do Município com relação a este assunto e qual é a base legal desse assunto.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. MAURO MOURA: O que nós estamos tratando neste momento são os quesitos da construção civil e que essas situações não aconteçam na cidade de Porto Alegre. A SMAM, a Prefeitura não trata só de resíduos da construção civil, mas tem a responsabilidade, no seu licenciamento ambiental, de tratar de todos os outros assuntos que estão expostos no PowerPoint; então a construção civil é apenas parte do nosso trabalho na SMAM.

Como o Dr. Carús já falou ainda há pouco, esse assunto da construção civil não é novo, tem pelo menos 12 anos no País. Através de uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente foi tratado esse assunto, e o Conselho Nacional do Meio Ambiente tem força deliberativa pode fazer normas para o País – já fez mais de 500 – e lá, está escrito bem claro quem é o responsável pela destinação dos resíduos? É quem gera o resíduo – artigo 4º da Lei. E a disposição final também é responsabilidade do gerador, que pode fazer isso pelos seus meios próprios ou através de contratação de centrais licenciadas pelos órgãos ambientais, sejam do Estado, sejam do Município. Mas a destinação final é adequada, é responsabilidade do gerador; não significa que ele tem que essencialmente usar uma unidade de destino, ele pode ter outro destino que seja ambientalmente licenciado.

Dentro do canteiro de obras é necessário separar os resíduos. As centrais, hoje, que recebem até resíduos separados não recebem misturados para separar. Houve um trabalho do DMLU tentando separar resíduos de uma caçamba em que se levou mais de 8 horas separando os resíduos, que estavam misturados. Não é possível fazer esse trabalho por cada caçamba, os resíduos têm que ser separados na obra.

A Resolução nº 307/02 estabelece que os planos de gerenciamento de resíduos da construção civil têm que ser feitos pelos gerados e repete que a destinação final é de

responsabilidade deles. Os empreendimentos não enquadrados com a necessidade de licenciamento ambiental também precisam ter seus planos aprovados pelo Município no órgão normalmente de urbanismo; em relação aos empreendimentos que precisam de licenciamento ambiental, o plano de gerenciamento é aprovado pelo SMAM ou, no caso do Estado, pela Fepam, e os que não precisam licenciamento ambiental apresentam um plano mais simplificado junto aos órgãos de licenciamento de urbanismo. Está bem claro nas normais federais o que o plano de gerenciamento tem que atender.

Vejam bem, nós não estamos falando, neste momento, de nenhuma norma municipal, são normais federais que existem desde 2002. O gerador tem caracterizar o resíduo, saber qual é; tem que triar esse resíduo na obra, ele sabe qual é o resíduo, já caracterizou, tem que acondicionar separadamente os tipos de resíduos que existem na obra; providenciar o transporte adequado desse resíduo, pode ser por ele mesmo ou por terceiros, e ter a destinação final de acordo com a legislação. Essas são as obrigações do gerador.

Depois da Resolução Conama nº 327/02, veio a Lei Federal nº 12.305/10 – vejam bem, nós ainda estamos falando de legislação federal –, que estabeleceu que o resíduo da construção civil é um resíduo que tem que ter controle do Estado. É uma norma federal que fez tal exigência. Estão sujeitas à liberação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos – lei federal – as empresas de construção civil. No caso de empresas, como Porto Alegre, que são mais ligadas à área de serviço e comércio, são as grandes geradoras de resíduos na Cidade.

A lei tem suas proibições: lançamento *in natura* do resíduo no meio ambiente, há várias proibições na legislação federal – eu não vou ler todas. Por que foi feita a lei em Porto Alegre? A lei, em Porto Alegre, não foi feita porque o Executivo estava a fim de fiscalizar, não estava a fim de fiscalizar; é uma exigência da legislação federal regular-se o assunto dentro do Município. Não é possível a legislação federal estabelecer princípios para os cinco mil e tantos Municípios que existem no País. Então há uma necessidade de regulação desse assunto dentro das características de cada Município, de cada Estado. A Legislação Federal determina que o Município tenha uma legislação, que talvez nós já devêssemos ter feito muito antes de 2010.

O Município de Porto Alegre, por lei desta Câmara Municipal, estabeleceu que os resíduos de pequenos geradores seriam atendidos pela Prefeitura e os grandes geradores deveriam ter o seu destino em locais licenciados.

A atividade de transporte de resíduos da construção civil deve se submeter ao licenciamento ambiental. Então, hoje, temos um terço, pelo que se sabe, de caçambeiros licenciados pelo órgão ambiental; nem todos estão, e o licenciamento é um cadastro, é muito simples de fazer, mas, pelo que se sabe da Associação dos Caçambeiros, apenas um terço deles estão licenciados junto ao órgão ambiental – a licença vale por quatro anos. E as empresas transportadoras de RCCs somente poderão transportar os resíduos para locais licenciados.

Vejam que não é uma obrigação dos caçambeiros terem um local licenciado. Vou dar um exemplo mais simples: se eu sou o resíduo e chego no aeroporto de Porto Alegre, eu vou para um hotel que já contratei. Qual é a função do caçambeiro? É a mesma do táxi: é me levar para o hotel. Eu, gerador de resíduo, tenho que estar com o hotel contratado. A função do caçambeiro é ser o táxi; não é entrar no aeroporto e me oferecer um hotel nem ter um contrato com o hotel para me levar lá. E essa função, infelizmente, em Porto Alegre, ao longo dos anos foi transferida aos caçambeiros, que têm a obrigação de saber para qual hotel eu vou. Essa não é a obrigação do caçambeiro por toda legislação federal que eu já mostrei ainda há pouco, não é nem legislação municipal.

Também é uma exigência federal que se tenha recibo nessa carga. O que acontecia em Porto Alegre? Os caçambeiros transportavam esses resíduos sem que houvesse no caminhão um recibo de onde vinha esse resíduo e para aonde estava indo. Então, hoje é uma exigência da legislação que o gerador gere esse recibo, nota fiscal chamada de MTR, e entregue para o caçambeiro, o táxi, para ir para o hotel licenciado, ou seja, para a unidade que vai receber o resíduo que esteja licenciado no órgão ambiental estadual ou municipal. A partir do dia 8 de junho, a fiscalização da Prefeitura vai poder fiscalizar os caminhões em trânsito, que antes, como não tinham documentação, simplesmente, poderiam dizer para a fiscalização da Prefeitura: “Estou indo para o aterro tal que é licenciado”. Hoje, não; terão que ter um recibo do gerador dizendo que contratou o destino final, que é aquele, e o recibo estará no caminhão.

As atividades de beneficiamento e destinação final de resíduos sólidos deverão estar licenciadas pelo órgão ambiental competente. Qual é a função do órgão ambiental do Município, que tem sido muito malfalado? A nossa função é licenciar os transportadores, licenciar os geradores – os prédios em Porto Alegre são licenciados pelo órgão ambiental, pelo menos, acima de 5 mil metros quadrados -e licenciar as unidades de destino final. O

órgão ambiental não dá solução para os resíduos, ele licencia as soluções. Os geradores, não os caçambeiros, têm obrigação de ter um destino final. Se os senhores recordarem, há muito tempo, no passado, quando um órgão ambiental do Estado começou a licenciar curtumes, os curtumes começaram a fazer aterros nos seus próprios terrenos; depois, uniram-se e fizeram aterros – hoje há uns 15 no Estado – que recebem e reciclam esse material; criou-se um serviço para isso. No início, eram nas próprias empresas, e acabou-se criando um sistema que pega o resíduo industrial perigoso no Estado e trata, e é o que deve acontecer em Porto Alegre na medida em que os grandes geradores se sensibilizem e tenham unidades próprias para receber esse material e reaproveitá-lo. Não é justo montar esse resíduo em banhado ou mesmo mandar para silos, lá em Minas do Leão, ocupando um lugar nobre de resíduos que a gente não pode, realmente, reaproveitar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Obrigado, Sr. Mauro Moura. A Sra. Alessandra Nogueira Pires, representante da Sinduscon, está com a palavra.

A SRA. ALESSANDRA NOGUEIRA PIRES: Boa tarde, Presidente; senhoras e senhores, agradeço pelo convite e só lamento esta Casa não estar cheia de pessoas que decidem e que têm problemas com seus resíduos sólidos. Farei apenas uma pergunta e, por favor, levante a mão quem souber responder: você está fazendo obras no seu banheiro e gerou uma caçamba de resíduos da construção. Para onde vocês vão encaminhar esses resíduos? O gerador é responsável pelo seu resíduo, de fato. O gerador grande, o qual eu represento aqui, que são as empresas vinculadas ao Sinduscon, para que ele possa fazer obras, os prédios que os senhores estão vendo aí pela Cidade, ou até obras públicas, tem que ter licença ambiental. Como o Sr. Mauro Moura falou, a SMAM tem a obrigação, o dever de fazer o licenciamento e fiscalizar para que essas obras estejam acontecendo de forma correta. Então, as empresas vinculadas ao Sinduscon, através do seu plano, do seu projeto de gerenciamento de resíduos da construção, são obrigadas a dar destino a todos os seus resíduos, a fazer a segregação na obra – e assim o faz – e contratar empresas que tenham licença ambiental. Essa obra, para que ela tenha habite-se, precisa fazer um termo de recebimento ambiental, ela precisa comprovar para onde vão esses resíduos.

Então, quanto ao Sinduscon, quanto ao grande gerador, porque aqui a gente fala em grande gerador e pequeno gerador. Novamente, pergunto aqui: quem sabe o que é grande gerador e o que é pequeno, em termos de número? Eu sou uma geradora que vou fazer uma obra na minha casa, eu gero dez caçambas, isso é grande ou é pequeno: dez caçambas de 5 metros cúbicos? Bom, para que os senhores saibam, em todas essas legislações que foram faladas, o fato, o problema está entre aquelas obras que não são licenciáveis – lembro aos senhores que obras licenciáveis são aquelas acima de 5 mil quadrados de área construída, que é, mais ou menos, um prédio de quatro, cinco andares. Então, as obras licenciadas são a partir de 5 mil metros quadrados de área construída. Ao Município cabe, nesse Ecopontos, receber resíduos até 0,5 metro cúbico. Então, senhores, temos o intervalo de 0,5 metro cúbico a 4.999 metros cúbicos. Essa quantidade que é o problema. O grande gerador tem que fazer o seu plano para poder ter a sua licença ambiental. O minúsculo gerador, até 0,5 metro cúbico, que não dá um saco de resíduo do meu tamanho – e olha que eu não sou grande, eu tenho 1,5 metro –, nós podemos encaminhar aos Ecopontos. Agora, e essa faixa? Nós somos geradores, e eu estou falando como cidadã, já que essa é a Casa do Povo.

Então, nós somos geradores, nós fazemos obras nas nossas casas, nós temos que dizer às empresas que carregam os nossos resíduos para onde é que eles têm que levar. Lamento muito que aqui não tenha nenhum representante dos locais de destino final – e nós temos hoje, não é, Mauro? Temos locais licenciados para isso, são quatro – estão no *site*. Então, vejam bem, existe essa questão, que eu acho que fica nesse pulverizado da Cidade toda. E realmente isso que faz com que a nossa Cidade tenha resíduos da construção, jogados em arroios, jogados em... Eu trabalhei, durante oito anos, lá na SMAM, na equipe de resíduos sólidos, eu fazia as vistorias e via bem como era o destino. Na Zona Sul, é um problema, Patrícia – todas essas quatro áreas estão lá para a Zona Norte. E seu eu morar lá perto do Guarujá? Eu vou dizer à empresa que vai buscar os meus resíduos que eu gostaria que ela levasse lá para o destino final, que fica atrás da Coca-Cola. Não existe uma área, na Zona Sul, que possa pelo menos fazer a triagem, que acho que é esse o caso.

Desde 2008, há um processo aberto, não sei como está, Mauro, agora, entre SMAM e, na época, SPM, de uma área na Zona Sul. Acho que não tem mais, porque o Plano Diretor não permite isso. Então, vejam bem, as questões são mais intrínsecas; precisamos nos

apropriar dos nossos problemas também, porque todos nós aqui somos geradores; nós, da Mesa, os Srs. Vereadores, o Sr. Presidente, o Sinduscon, só que alguns devem prestar contas ao órgão que fiscaliza e licencia. E esse intervalo de geradores? Eu acredito que seja esse, de fato, o problema, é a questão que os transportadores tanto falam, tanto reclamam, porque as caçambas estão aí nas ruas para todos olharem. Se for feita uma solicitação de uma caçamba para frente do nosso prédio, todo mundo é solidário com ela, todo mundo se acha no direito de colaborar com aquela caçamba. No entanto, quem transporta vai levar até um local que só aceita resíduo da construção civil. E isso está certo porque está licenciado para receber só isso! E aí como é que eles ficam? Enquanto Sinduscon, acredito que nós já estamos bastante adequados à legislação, já fizemos reuniões com o DMLU e com a SMAM, vamos compor uma cartilha para fazer a separação adequada dos resíduos em canteiros de obra, que é o que o Sinduscon mais trabalha, é o que as empresas mais fazem. E hoje fazem – e há que se fazer –, porque os destinos finais não aceitam mistura. E acredito que esta Casa deva se ater mais entre 0,5 metro cúbico e 4.999 metros cúbicos. Eu acredito que seja esse o problema. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra em Comunicações.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Ouvindo os senhores e as senhoras aqui, todos reclamando, eu fico a me perguntar: O que a população tem mais para fazer? Tem que deixar de reclamar então. Eu vou externar aqui uma opinião muito particular, mas sei que alguns Vereadores comungam com esta opinião: o Poder Público, de um modo geral, tem que ser mais propositivo, tem que agir, tem que dar um jeito de se entender, tem que resolver. Nós mudamos! Nós estamos em 2014!

O Poder Público, de um modo geral – não é só aqui, é no Brasil inteiro, não são todos os servidores que agem assim, mas uma grande maioria parece que está fazendo favores para aqueles que produzem, pagam impostos que revertem nos seus salários. Parece

que quem chega no balcão está pedindo um favor. Nós temos que mudar isso! Temos que quebrar os pratos, começar a “trocar toda a louça desta cozinha”. Não dá mais!

Se todos os senhores que vêm aqui reclamam e se há soluções, por que não resolvem? Por que não resolveram até agora? Não estou defendendo o Sinduscon, não estou defendendo os caçambeiros. Quanto a esta reunião que está acontecendo hoje, quero agradecer ao Presidente da Casa, Ver. Professor Garcia, porque os senhores caçambeiros me chamaram outro dia. Sou autor da Lei das Caçambas, que está aí. Mal ou bem, ela está aí. Não estão cumprindo, os senhores não estão cumprindo. E eu não tenho mais autoridade para cobrá-los, sabem por quê? Porque o Poder Público também não dá exemplo. Não dá exemplo! Então, eu larguei de mão. Enquanto o Poder Público não der exemplo, eu não cobro mais.

Meu Deus do céu! Se o Poder Público tem condições de resolver, não precisa pedir favor para os caçambeiros e não precisa pedir favor para o Sinduscon. Busca com eles sugestões, vê quais são as dificuldades; se der para atender, atende; se não der, não atende, mas resolve as questões.

Podem pensar, Ver. Mario Manfro, que eu estou muito nervoso. Não estou. Estou há nove anos participando de reuniões com os caçambeiros; primeiro, para criar uma legislação que pudesse ter caçambas com condições de ficar bem visualizadas nas avenidas e ruas de Porto Alegre. Foi um estresse. Participou a EPTC, foi um avanço. Depois, começamos a nos reunir aqui para encontrar áreas para fazer a tal de triagem. Áreas! Claro que essas áreas existem, só que nós temos que ver... Não estou dizendo aqui para atropelar a legislação, para arrumar jeitinho. Tem que ter uma solução. Se nos outros municípios tem, por que em Porto Alegre não pode ter? Não dá! Não dá mais! Quando se sai na rua, é lixo jogado em tudo quanto é lugar. Os caçambeiros vêm, fazem protesto, e o que eles dizem? “Nós queremos trabalhar legalmente, dentro das regras estabelecidas!” Quando alguém diz isso, tira todos os outros argumentos, porque eles querem fazer dentro daquilo que é legal. Quem não está agindo assim está jogando, tarde da noite, caçambas nos lugares onde não é permitido. Inclusive, aqui em Porto Alegre, empresas da Grande Porto Alegre fazem isso. Isso acontece. Então, eu, sinceramente, não sei mais se a legislação não está bem, se tem algo que precisa ser refeito, digam-nos objetivamente: “Olha, isso aqui não dá!” Eu tenho certeza de que, dos 36 Vereadores, nenhum vai se furtar de propor. O que nós não podemos fazer é ver protestos de caçambeiros pela Cidade,

trancando a Cidade, dificultando a vida da população que não tem nada que ver com isso. No fundo, no fundo, nós somos todos juntos incompetentes, porque não conseguimos resolver isso até hoje, e a população paga por isso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra em Comunicações.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente dos trabalhos, Ver. Mauro Pinheiro; colegas Vereadores e Vereadoras; senhoras e senhores que nos assistem; prezado André Carús, Secretário do DMLU; Mauro Moura, da SMAM; Alessandra, representando aqui o Sinduscon; Patrícia, que representa aqui a Associação dos Transportadores de Caçambas de Porto Alegre. Já nos conhecemos há vários anos e eu lembro que há cinco anos realizamos, aqui nesta Casa, um conjunto de reuniões para buscar solução a este problema. Para mim há uma clareza aqui, prezado Carús, há poucos dias aprovamos o novo Código Municipal de Limpeza Urbana. Um dos pontos que trazia ali é que nós precisávamos ter uma solução legal, uma solução estrutural para o tema dos materiais inertes oriundos da construção civil. Eu continuo entendendo que esta é uma responsabilidade do Município, no que diz respeito ao Executivo e ao Legislativo, de construir leis. E não é por falta de leis que o problema existe. No nosso ponto de vista, falta uma iniciativa de gestão pública sobre o tema. Aí, dentro do Poder Público municipal, pelo que nós temos a responsabilidade, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana é o responsável por construir essa política. Então, nós estamos aqui, fazendo esta fala, dispostos a contribuir definitivamente para esta solução. A pior coisa que tem é não ter solução porque são gerados diariamente milhares de quilos ou muitas toneladas desse material de demolição. Para o público que nos ouve, primeiro, tem o material seletivo porque qualquer obra, quando faz a demolição, tem que apresentar o seu cronograma. O que é o material seletivo? Nós temos porta, janela, fiação, ar condicionado, vidros, mármore, vasos e equipamentos sanitários, pias, coifas, canos de chaminés, etc. Esse material todo hoje tem um destino muito confuso porque não tem um endereçamento para ele. Então, aí entra na questão da coleta seletiva. Isto, no meu ponto de vista, o Município poderia organizar milhares de trabalhadores na Cidade de Porto Alegre, dezenas de

pág. 33

trabalhadores que pudessem receber esse material, fazer a triagem para recolocar no mercado. Feita a triagem do material seletivo vem o material de demolição, que é a calça, o ferro. Para quem não sabe: no Olímpico, daquela parte que já foi demolida, já saíram 150 toneladas de ferro, e isso é da política reversa que temos que trabalhar aqui. E é óbvio que o gerador tem responsabilidade também legalmente sobre este processo.

Venho aqui fazer esta fala porque me sinto um pouco na mesma lógica que o Ver. Bernardino usou. O colega veio aqui fazendo um pouco a *mea culpa*. Se nós temos uma legislação que existe... E aí, Mauro, a SMAM não é um ser separado, a SMAM faz parte de uma gestão, não é só política repressiva, tem que cobrar do Executivo uma solução propositiva para um tema como este. E eu estou falando aqui do órgão gestor, estou falando aqui como parceiro neste tema, até porque debatemos muito. Estava lá com o Flávio Presser, há poucos dias, no encontro nacional da Assemae, em Uberlândia, cujo tema foi Saneamento Básico, e o grande debate é que a maioria dos Municípios que têm que acabar com os lixões – que é outro tema – estava lá recorrendo: “Vamos prorrogar por mais três anos”. Prorroga por mais três ou quatro anos e daqui a três anos ou quatro anos vêm com a mesma agenda, não se cumpre neste período. Lembro quando tínhamos a nossa gestão da Administração Popular, tinha a Central de Entulho, lá no Cristal, que recebia tudo, moia e daí distribuída de novo o material para a Cidade. Tinha lá na Serraria. Bom, isso venceu, foi saturado, foi fechado, houve problemas judiciais. Mas precisamos encontrar... E aqui uma solução propositiva; se não tem areia – e eu tenho trabalhado muito ajudando a construir a política do Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, ou agora as grandes obras que estão sendo feitas no Município de Porto Alegre: a quantidade de material inerte para fazer aterros pode ser a calça; a deficiência de areia que estamos tendo, e outros materiais, o saibro, bom, este material pode servir para fazer os aterros, e nas obras que estamos... Por que nos programas de licenciamento das obras da Cidade já não se credenciam com licenciamento para receber o material inerte e fazer os seus devidos aterros? Já é uma possibilidade. Claro que uma fala aqui é muito fácil, mas precisamos encontrar uma solução propositiva porque a Cidade está carente. Não sei quantos caçambeiros têm na Cidade hoje, mas quem tem uma caçamba é um pequeno empreendedor, e se ele não tiver política pública e estrutura física para poder canalizar isso... Quantos caçambeiros temos, hoje, na Cidade? Trezentos, quatrocentos? O André Carús, nosso Secretário, veio aqui há poucos dias e disse que Porto Alegre

naquele momento tinha 450 novos focos de depósitos clandestinos. A maioria dos depósitos clandestinos é desses pequenos carroceiros, caçambeiros, caminhoneiros que jogam em qualquer lugar. Isso não pode continuar acontecendo! Agora, se houver um local adequado, dentro de uma política reversa, ou seja, de reaproveitar esses produtos e subprodutos, isso é bom para todos nós, é bom para a Cidade.

Eu venho aqui, em nome da minha Bancada do Partido dos Trabalhadores, e estamos à disposição do Secretário Carús e do Mauro, que representa aqui a Secretaria do Meio Ambiente, como também dos setores da construção civil, dos pequenos empreendedores e dos caçambeiros, para ajudar a construir essa política reversa. Então, numa demolição, na seletiva, todo aquele material – porta, janela, fios, gesso, tudo – pode ser revertido. E o material inerte serve também para a indústria da construção continuar construindo sem deteriorar o meio ambiente. Portanto, concluo, e nos colocamos à disposição para construir a solução para a Cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Professor Garcia reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Comunicações.

O SR. MAURO PINHEIRO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Este é um assunto que eu tenho certeza de que vai gerar bastante polêmica e uma dificuldade de resolução, nosso Diretor do DMLU. E até o Diretor falava nesta tribuna que conseguiu reduzir em 20% o número de focos desse tipo de lixo. E ainda há bastante, 368, como V. Exa. falou. Então, nos preocupa, porque isso, além de gerar um grande custo para o Município, tem aquele fator que nós, Vereadores, muitas vezes estamos nas comunidades e o pessoal vem reclamar que há focos de lixo, e a gente não consegue resolver. Eu acho que esta Casa tem obrigação, assim como o Município, de criar mecanismos para que a gente possa ter controle, fiscalização e tentar que resolver esses problemas e temos que buscar uma solução. Aqui, eu conversava com a Sra. Patrícia, ela dizia que transporta, ela vai lá buscar; o Sinduscon diz “o meu que é grande, eu consigo resolver.” Mas como resolve? Porque o foco, na verdade, não é das grandes obras. Esse

problema está espalhado em cada casa da Cidade, porque cada um de nós, que, no momento que vai fazer uma pequena ou grande obra, tem esse resíduo, e muitas vezes, acaba contratando uma empresa que nem está fiscalizada, porque não tem nem licença da SMAM e vai lá pega o serviço. E eu que estou contratando, acredito que aquela empresa vai dar um fim, conforme a lei, para aquele resíduo. Aquele resíduo não tem para aonde ir, às vezes, o preço é um pouco mais barato, mas é porque aquela empresa não está registrada, não tem o devido local para levar, e vira a esquina e acaba depositando o lixo. Depois, isso vai ter um custo duplo, porque eu estou pagando a empresa para retirar o lixo, e o DMLU vai ter que retirar novamente. Então, é feito duas vezes o mesmo serviço, além de sujar a cidade, de gastar o meu próprio dinheiro, porque o dinheiro do Município, do DMLU é de cada cidadão.

Então, nós temos a obrigação de tentarmos juntos buscar uma solução. Aqui o culpado não é nem o Sinduscon, nem a Prefeitura, nem a Câmara de Vereadores, e sim, o sistema que não se conseguiu buscar a solução. E é um problema de difícil solução. Eu seria leviano se viesse aqui acusar a Secretaria, o DMLU, porque sou da oposição, dizer que a culpa é do André Carús. Até brincava com ele antes ali “a culpa é do Diretor”. Claro, o Diretor é responsável em buscar solução, mas uma solução difícil, e que acho que todos nós da Cidade temos que nos debruçar e buscar uma solução em conjunto.

Portanto, como Vice-Presidente desta Casa, e Vice-Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente quero me colocar à disposição de todos vocês para buscar uma reunião, durante a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, Sr. Presidente, já faço o encaminhamento daqui desta tribuna, para que a gente possa fazer um debate mais profundo e, juntos, buscar uma solução a curto, médio ou longo prazo para que a gente possa resolver esse problema das caliças, do lixo na cidade de Porto Alegre. Porque assim como está é ruim para cada cidadão da Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.).

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Sra. Patrícia Regina está com a palavra para as considerações finais.

A SRA. PATRÍCIA REGINA FRAGA JORGE: Acho que precisa mesmo, realmente, de uma reunião em que possa conversar e não ficar aqui só num pequeno debate, porque a

gente vai ter sempre a réplica, a tréplica: há locais; bom, eles têm algumas exigências; o Sinduscon está resolvido, não, ele não está resolvido. Eu tenho certeza que as obras grandes também têm problemas. Eu acho que o pessoal vem disfarçando um pouco tudo isso, e está dando tudo certo, vamos empurrando com a barriga. A gente paga uma multinha depois para a SMAM, mas eu consigo, de qualquer forma, o meu habite-se; e aí nós vamos tapando o sol com a peneira. De qualquer forma, nós – caçambeiros – vamos sofrer um pouco, mas eu acho que o problema vai vir à tona de uma forma bem grande. Não há solução hoje em Porto Alegre, nesses quatro locais que estão cadastrados na Prefeitura, registrados junto no *site*, eles não recebem madeira, eles não recebem papel e plástico, eles não recebem telhas, mesmo que eu leve a caçamba separada. Eu não estou dizendo que eu estou levando uma caçamba misturada, eu vou levar uma caçamba separada, só de madeira ou só de plástico. Nenhum desses locais recebe. A Move, que está cadastrada lá, trabalha somente para ela, ela não recebe outras empresas. Então, acho que a solução está longe de ter um destino, nós estamos conseguindo, sim, uma boa legislação. Acho que nós vamos tirar os caçambeiros, que não são sérios, do mercado, eu acho que nós estamos seguindo para um local, a legislação existe. Eu acho que muitos dos Vereadores falaram aqui nas leis que temos. Eu acho que o que faltou, de fato, era a fiscalização. Mas o local para a gente separar e aproveitar este material nós não temos. Minas do Leão não vai conseguir receber tudo que sai da construção civil e que tem aproveitamento, porque vai lotar muito rápido. Então, acho que a solução realmente precisa ser conversada, e nós estamos longe dela.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado. O Sr. André Carús, Diretor do DMLU, está com a palavra para as considerações finais.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Bom, primeiro, acredito que o encaminhamento que foi dado aqui, tanto pelo Ver. Bernardino como pelo Ver. Comassetto, também pelo Mauro Pinheiro, corroboram com o que nós manifestamos. A legislação existe, acho que nós vamos agora com o reforço da fiscalização sobre quem atua clandestinamente nesse segmento. Vamos coibir principalmente a disposição irregular desses resíduos na via pública, mas o gargalo da ausência de áreas que recebam esse resíduo misturado

persiste. Existem três ou quatro áreas licenciadas em Porto Alegre. Não são áreas que cobrem valores diferenciados para receber o resíduo limpo ou o resíduo misturado, e acredito que uma discussão complementar a essa trazida aqui, Presidente Garcia, nesta Comunicação temática, seja talvez uma reunião da COSMAM, devendo o Ministério Público ser chamado para que nós possamos – Poder Legislativo, Poder Executivo e com o auxílio do Ministério Público – quem sabe até já convidá-los para termos mais efetividade, e o Ver. Mauro Pinheiro é o Vice-Presidente da COSMAM e ele até sugeriu isso, e que possamos, dessa reunião fazer um encaminhamento definitivo. O Ministério Público atua por prerrogativa constitucional como fiscal da lei. Então, ele tem que nos ajudar a construir essa solução. Eu sugiro aqui que esta reunião da COSMAM, que está sendo proposta, tenha como atores, protagonistas, o conjunto deste processo: o Poder Executivo, na figura da SMAM e do DMLU, como responsáveis pela atividade reguladora e fiscalizadora, sem prejuízo da função mediadora da função que podemos exercer; o Poder Legislativo; Ministério Público; as caçambas estacionárias e a sua representação e os proprietários das áreas licenciadas para receber esse tipo de material em Porto Alegre. O Ver. Comassetto fez uma referência importante: que esta seria uma matéria que o próprio Plano Diretor deveria contemplar. No entanto, a ausência desta matéria no Plano Diretor impõe dificuldades para que se licenciem novas áreas. Há duas áreas em análise na SMAM tramitando o processo de licenciamento em locais que, certamente, em havendo uma indicação clara do Plano Diretor, do regime urbanístico da Cidade, certamente não enfrentariam esta dificuldade. Desde 2008, inclusive, tem uma área lá que procura ser licenciada para essa finalidade! Então, vamos encontrar isso! Vamos encontrar uma solução conjunta, e acho que desta solução conjunta esta Casa pode procurar legislar relativamente ao Plano Diretor neste aspecto. É por aí o caminho de uma mudança objetiva para que se favoreçam os licenciamentos em áreas para esta finalidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Sr. Mauro Moura está com a palavra para as considerações finais.

O SR. MAURO MOURA: Eu creio que o Diretor Carús, do DMLU, já falou em nome da Prefeitura e da necessidade de diálogo com todos os setores, inclusive com os geradores, que são bastante ausentes neste diálogo. Eu agradeço a oportunidade de ter falado em nome da Secretaria e de ter colocado as questões ambientais aqui, e espero, com bastante clareza, esperando participar da reunião da COSMAM, depois, em outros fóruns, para discutir essa questão dos resíduos em Porto Alegre, que é muito séria.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Sra. Alessandra Nogueira Pires, representante do Sinduscon, está com a palavra para as considerações finais.

A SRA. ALESSANDRA NOGUEIRA PIRES: Agradeço o convite. Agradeço, em nome do Sinduscon, falar, de fato, dos grandes geradores, e aí eu volto a dizer que não existem coisas embaixo do pano, enfim, como foi citado aqui. Realmente obras acima de 5 mil metros quadrados de área construída são impedidas de terem o seu habite-se. Isto é verdade; o Mauro está aqui representando a SMAM, e ele fiscaliza, e muito bem, junto com os seus técnicos. Então, os grandes empreendimentos, inclusive obras públicas, são fiscalizadas, muito bem fiscalizadas, e essas têm que dar o seu destino.

Lembro também de que, numa obra, não existe só calça, existe resíduo perigoso classe um, que é um resíduo que tem um destino especial, que são as latas de tinta, enfim; a gente tem dificuldade em relação a isso. E uma área de transbordo e triagem seria muito interessante nesse sentido.

Concordo que todos os atores têm que estar presentes. Volto a lembrar, se houver a reunião da COSMAM, e estamos à disposição para que isso aconteça, que os destinos finais também estejam aqui representados, porque, como o André falou, só quem trabalha nessa área sabe: chega-se lá, só aceitam pequena quantidade quando está aberto ou estritamente resíduo classe A, que é a calça, nenhuma mistura, nem que o caminhão venha com outros sacos separados – não aceitam. Então isso é um fato, e eu espero que esses atores também estejam presentes num próximo diálogo e que também o restante da Prefeitura esteja aqui, porque, como foi falado, em 2007 começou e, desde 2008, tem uma área bem grande na Zona Sul para ser utilizada como transbordo ou triagem, e até agora ainda está esse processo em aberto.

Então, outros atores que também fazem parte dessa logística têm que estar presentes nessa discussão também. Obrigada a todos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos, da Patricia Jorge, do André Carús, do Mauro Moura e da Alessandra Pires. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h31min.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): (16h32min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde, queria cumprimentar o Presidente Garcia, os Vereadores e Vereadoras, o público que nos assiste aqui no plenário e na TV Câmara, e fazer aqui um agradecimento especial ao Ver. Alberto Kopittke, que, na última semana, fez uma Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos sobre o PLE nº 041/13. Eu, ainda como presidente da Fundação, entreguei esse projeto do Executivo para o Legislativo, que faz a reorganização da Fundação de Assistência Social e Cidadania de acordo com o Sistema Único da Assistência Social na Cidade de Porto Alegre, que é algo que já vem funcionando, Ver. Mario Manfro, desde 2010, 2011, mas que carece de regulamentação por lei. Nós passamos em todas as comissões e a última comissão por que este projeto passou foi a Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Ver. Alberto Kopittke, na qual tivemos uma reunião – eu diria até calorosa – com a presença do Simpa, trabalhadores, servidores da Fundação, lideranças da comunidade, do Orçamento Participativo, que se interessam também por esse processo, pois é um projeto, sem dúvida nenhuma, que mexe com a Cidade, que mexe com a periferia e que vai gerar uma melhor qualidade nos serviços da assistência social na cidade de Porto Alegre. Hoje, nós já estamos organizados de acordo com o Sistema Único da Assistência Social, mas ainda não temos as equipes mínimas dentro dos nossos espaços públicos. Mas esse projeto de lei vai criar 668 cargos para servidores públicos, entre educadores sociais, psicólogos, pedagogos, e assistentes sociais, entre outros, que fazem parte da norma operacional

básica de recursos humanos, Ver. Mauro. O projeto foi encaminhado pelo Presidente Lula, e, depois, sancionado pela Presidente Dilma. Ou seja, é um projeto de lei federal, mas o Município de Porto Alegre está organizado desde o final do ano de 2010, quando começamos a implantação desse sistema. E, sem dúvida nenhuma, depois da nossa ampla discussão neste plenário, teremos a aprovação, acredito por unanimidade, dos nossos Vereadores e Vereadoras. É muito importante que este projeto seja aprovado para que as 45 mil famílias que hoje recebem o benefício do Bolsa Família possam ter uma qualidade maior no atendimento, apesar de termos melhorado em muito o atendimento, Ver. Manfro, que atua na área da saúde. Nós tínhamos, há três anos, o mesmo problema que a saúde ainda, em certos pontos da Cidade, sofre, porque as pessoas tinham que acordar às 3 horas da manhã, tirar uma ficha no Centro Regional de Assistência Social, para ser atendido. Nós já superamos esse serviço, esse atendimento. Hoje as pessoas que acessam os serviços de assistência social, chegam às 8 horas da manhã e são atendidas até às 18 horas, ou seja, durante o dia, durante o atendimento normal. Não é mais preciso acordar de madrugada para tirar uma ficha e ser atendido. Hoje o atendimento é universal dentro do horário de atendimento normal. Mas nós precisamos qualificar esse atendimento, colocando mais pessoas, mais trabalhadores, dentro do Centro de Referência de Assistência Social, dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social, dos abrigos, dos albergues, para que possamos qualificar os nossos serviços. Com certeza, a partir da semana que vem, o PLE nº 041/13 já estará em Pauta, e esta discussão será técnica, porque a assistência social é técnica.

Quando nós ficamos à frente da Fundação, nós fizemos um trabalho estritamente técnico com os trabalhadores e servidores da assistência social do Município de Porto Alegre. Então, sem dúvida nenhuma, é um debate que vai ser feito. Inclusive, Ver. Comassetto, é o primeiro projeto que diminui os cargos de confiança no Governo, já dentro da linha do Prefeito Fortunati, que exonerou 10% dos seus cargos de confiança; e a Fundação já fez um projeto de lei diminuindo de 47 para 43 os seus cargos de confiança, já na linha da diretriz do Prefeito Fortunati em relação à diminuição.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Mario Manfro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARIO MANFRO: Ver. Mauro Pinheiro, colegas, eu ocupo a tribuna, hoje, basicamente, para fazer um convite à população de Porto Alegre. Dia 31 de maio é o Dia Estadual de Combate ao Câncer de Boca, e, no dia 31, no Largo Zumbi dos Palmares, haverá equipes de saúde bucal disponíveis à população de Porto Alegre para que faça o seu exame clínico, o seu exame preventivo. Nós estamos usando essa fitinha vermelha – o Ver. Mauro Pinheiro está usando, assim como outros colegas – para chamar a atenção para o câncer de boca. Estima-se que, só em 2014, Ver. Mauro Pinheiro, o câncer de boca atingirá 11 mil homens e, aproximadamente, 4 a 5 mil mulheres no Brasil. Então são 15 mil pessoas que, segundo estatística e estimativas, serão atingidas pelo câncer de boca só em 2014. E o câncer de boca tem uma peculiaridade, como a grande maioria dos cânceres: se ele for tratado no início, preventivamente, as chances de cura, realmente, são elevadas; caso contrário, é um câncer com alto grau de mortalidade, passando, muitas vezes, a sobreviver, em 75% dos casos, a não atingir 5 anos. Então nós estamos, sim, de uma certa forma, com essa fitinha, fazendo, copiando o que é feito em relação ao câncer de mama, porque queremos que os órgãos, a população, os gestores tenham consciência do grau de importância que o câncer de boca atinge. Ver. Kevin Krieger, a Senadora Ana Amélia Lemos fez uma lei que determina que uma pessoa diagnosticada com câncer, qualquer que seja, tenha dois meses, 60 dias, para entrar no sistema. Não pode passar disso. Só que o que ocorre, Vereador, é que, por exemplo, quando a pessoa entra no sistema, ela entra com uma lesão de 2 milímetros – e aqui não queremos culpar o Município, o Estado, a Federação, nós não estamos buscando culpados, nós queremos é desatar esse nó –, vai fazer o raio x, depois do raio x passam-se 30 dias, ela vai fazer o exame de sangue, passam mais 50 dias, aí ela vai fazer uma tomografia, e aquela lesão, Ver. Delegado Cleiton, que era de dois milímetros já está com um centímetro. E até a resolutividade desse caso, até o tratamento cirúrgico, que é mutilador – e, por isso, muitas vezes, as pessoas não sabem que existe tanto câncer de boca, porque quem é acometido por esse câncer, infelizmente, é mutilado na maioria das vezes... Nós, no dia 6, agora, tivemos no Plenarinho da Assembleia diversos especialistas falando sobre o assunto e mostrando, Ver. Mauro Pinheiro, *slides* de uma pessoa, entre aspas, curada. Ela está

curada, mas pena que eu não tenha esses *slides* para mostrar para os senhores, pois eu queria perguntar para qualquer um dos senhores se os senhores sairiam à rua da forma como a pessoa que está curada ficou. Então, é fundamental que seja diagnosticado cedo, mas é fundamental que depois que entre no sistema, realmente, ande, não pare, não sofra solução de continuidade o tratamento dessas pessoas. E o convite que eu quero reiterar à população de Porto Alegre é que, no dia 31, sábado próximo, compareçam ao Largo Zumbi dos Palmares, das 10h às 13h, porque, como eu disse, serão disponibilizados exames preventivos, gratuitamente. E, na suspeita de alguma lesão, a garantia de que a pessoa que vai lá, pelo menos vai fazer a biópsia. E é aí que começa a trancar.

E uma coisa muito importante: nós não temos, em Porto Alegre, nenhum serviço de reabilitação. Se a pessoa, por exemplo, perdeu um pedaço da mandíbula, perdeu, enfim, o palato – porque, como eu disse, realmente é agressivo –, o trabalho de prótese é feito por algumas pessoas abnegadas – eu conheço, inclusive, uma colega que faz –, mas de uma forma voluntária, porque não existe nenhum trabalho nesse sentido. Então, muito tem que ser feito nesse sentido, no sentido da saúde bucal e, mais especificamente, da prevenção e tratamento do câncer de boca.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores – Ver. Comassetto, Ver. Kevin Krieger, Ver. Alberto Kopittke, Ver. Paulinho Motorista, Ver. Mario Manfro, Ver. Cleiton –, eu quero registrar a presença do nosso amigo, comunicador e apresentador de televisão, Bibó Nunes. Bibó, seja bem-vindo, seu programa é um programa alternativo e você é muito querido por esta Cidade, por este povo de Porto Alegre.

Vereador, eu vejo todos os dias, de noite, o quadro Bibó Nunes, e o nosso ex-colega, Ver. Nelcir Tessaro, foi lá falar que não vai ficar pronto o Viaduto Pinheiro Borda, que não vai ficar pronto o Viaduto da Rodoviária, que não sei o quê.

(Aparte antirregimental do Ver. Engº Comassetto.)

O SR. ALCEU BRASINHA: Tudo bem, Vereador, pode ser Mazembe, pode ser o Viaduto do Mauro...! Eu quero convidar o Nelcir Tessaro, que foi Vereador, porque a gente não pode duvidar da competência de um cidadão como o Prefeito Fortunati, que falou que ia ficar pronto. Graças a Deus que esse homem é abençoado por Deus. Até o tempo, Ver. Kevin, melhorou, e vai ficar pronto o Viaduto Júlio de Castilhos, o “x” da Rodoviária; vai ficar pronto o do Pinheiro Borda, e vamos ter uma belíssima Copa. Mas o Ver. Nelcir Tessaro torce contra, diz que não vão ficar prontos. Vão ficar prontos! São os corneteiros de plantão que jogam corneta para tudo que é lado, ficam pedindo até para Deus que derrame a chuva, dê temporal, para não ficarem prontos. Mas, mesmo assim, ninguém pode com a força do nosso Prefeito Fortunati.

Quero dizer para vocês também que o cenário político começou a mudar, Vereador. Começou a mudar! Eu confesso que tinha um aí que estava muito largado, achando que estava à vontade, que já estava ganho – e mais, ainda, Vereador –, era um cara que nos batia todos os dias: o candidato a Senador Lasier Martins. Ele achou um belo parceiro, um cidadão que tem nome e é aplaudido em todos os lugares aonde vai, é o nosso ex-Governador Olívio Dutra. Eu quero dizer: sou vizinho do Olívio, gosto muito dele, mas nunca votei nele, gosto dele pela integridade, ele é um homem sério, honesto. É meu vizinho, ele cansou de ficar brabo comigo por eu fazer barulho quando passava pela casa dele. Mas comecei olhar, e mudou o tabuleiro, mudou o discurso, e agora, meus amigos, o galo missioneiro está aí, e o que estava disparado lá na frente – pode fazer uma pesquisa, porque, na segunda-feira, ou quarta-feira, ou no começo do mês que vem, mudou, mudou. Então eu fico olhando os acontecimentos políticos desta Cidade e fico preocupado.

Também quero falar do meu projeto, porque pedi o art. 81 para votarmos antes da Copa, que é o projeto que permite ao cidadão tomar a sua cervejinha que será liberada na Copa do Mundo. Isso é um preconceito com o brasileiro, porque a FIFA vem aqui e libera. Eu quero aprovar esse projeto para que seja permitido ao torcedor beber cerveja antes, no intervalo e no final. Pode ter certeza, André, que duas horas antes do jogo vai ter mais gente lá dentro. Agora só entram nos últimos 20 minutos, porque ficam nas redondezas bebendo, mais ainda, bebem onde não gera imposto nenhum para o Município e nem

para o Estado. Temos que aprovar esse projeto antes da Copa, semana que vem. Peço a colaboração do meu amigo Delegado Cleiton, que tem o defeito de ser colorado e também do Presidente. Preciso o apoio dos colorados e dos gremistas para dar oportunidade para o cidadão de bem participar do futebol e entrar duas horas antes no estádio. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. KEVIN KRIEGER: Como aproveitei a tribuna para falar do projeto de lei da Fundação, eu vou também colaborar com o Ver. Brasinha. Acho que é um momento importante da Cidade e a gente tem acompanhado a questão das obras da Copa do Mundo. Eu moro no Morro Santa Teresa e a cada dia vejo a evolução do entorno do Estádio Beira-Rio. Realmente, para quem não acreditava que fosse ficar pronto, as coisas estão acontecendo, podemos até criticar que está sendo na última hora, sem dúvida nenhuma, mas, quem sabe, todos os problemas, todos os trâmites pelos quais o Prefeito Fortunati passou para que aquela obra acontecesse, desde o momento em que a Caixa Federal não liberava os recursos – que demorou, sem dúvida nenhuma –, ficamos muito felizes de ver que Porto Alegre, apesar de todas as dificuldades, é uma das cidades que mais está organizada para sediar a Copa do Mundo. Ficamos muito felizes de ver, realmente, que as coisas estão acontecendo; que as obras de mobilidade urbana, que não ficarão prontas para a Copa do Mundo, ficarão prontas para a Cidade como um legado histórico. Precisamos fazer esse reconhecimento de que as coisas estão dando certo, apesar de todos os transtornos e dificuldades.

Ver. Brasinha, como me comprometi com V. Exa., acho que é importante fazermos a discussão do seu projeto de lei em relação às bebidas alcoólicas no estádio da Arena do Grêmio, do qual somos torcedores e conselheiros; estamos vendo que, realmente, há algumas coisas complicadas. As torcidas, hoje, tanto a do Grêmio quanto a do Internacional, antes de entrarem no estádio, ficam no entorno, nos bares, bebendo e, poucos minutos antes do início dos jogos, entram no estádio, até complicando a revista de quem entra no estádio, causando aglomerações. Ainda não tenho opinião formada sobre

o seu projeto, Ver. Brasinha, mas é um compromisso que tenho, assim como com todos os outros projetos que temos que analisar, vendo os pontos positivos e os negativos. Tenha em mim um parceiro, apenas sou contra a venda de bebidas alcoólicas após os jogos, acho que não tem sentido – e talvez possamos pensar em uma emenda em relação a isso –, porque, se acabou o jogo, não tem por que vender bebida. Antes dos jogos, até podemos discutir; no intervalo, talvez; mas após o jogo, não tem sentido. As pessoas, ao final dos jogos, têm que ir para suas residências. Se não me engano, em shows as bebidas alcoólicas podem ser vendidas. Então, se há *show* na Arena, pode vender; se tem jogo de futebol na Arena, não pode; se tu tens um jogo de futebol na Arena, não pode. Então, eu acho que são questões que nós precisamos regulamentar realmente.

Nós temos agora o exemplo da Copa do Mundo, onde vai ser liberada a cerveja. Agora, são outras questões que eu acho que a gente precisa discutir: os locais internos dos estádios, onde essa bebida pode ser liberada, que tipo de bebida, por que também o destilado, o que não é o destilado. Acho que a gente precisa também pensar nessa questão, porque o destilado realmente tem um efeito muito maior em relação às pessoas quando elas ingerem a bebida alcoólica. Então, fica aqui um compromisso nosso de poder fazer essa discussão, sem dúvida nenhuma, com toda tranquilidade, com todo o respeito, para que a gente possa chegar a um denominador comum.

Então, um outro ponto que eu queria colocar, apesar de o meu tempo estar acabando, é sobre a questão do plano cicloviário que nós votamos na semana retrasada. Nós ainda temos uma emenda que vai vir a um pedido de renovação de votação, que é importantíssima; que a base do Governo e a oposição possam aprovar esse novo pedido de votação dessa emenda. Essa emenda é fundamental porque ela cria o comitê gestor paritário entre a sociedade civil e o Governo no Conselho Gestor do Plano Cicloviário.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Obrigado, Ver. Kevin Krieger.

Passamos à

PAUTA

Não havendo Vereadores inscritos para discutir a Pauta, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h57min.)